



Número: **0821258-75.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **24/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**



Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**


Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM (AUTOR)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23804998	24/08/2019 20:46	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
23805050	24/08/2019 20:46	<a href="#">GuiaCustas</a>	Outros Documentos
23805051	24/08/2019 20:46	<a href="#">Doc. Médica 6</a>	Outros Documentos
23805052	24/08/2019 20:46	<a href="#">Doc. Médica 5</a>	Outros Documentos
23805053	24/08/2019 20:46	<a href="#">Doc. Médica 4</a>	Outros Documentos
23805055	24/08/2019 20:46	<a href="#">Doc. Médica 3</a>	Outros Documentos
23805056	24/08/2019 20:46	<a href="#">Doc. Médica 2</a>	Outros Documentos
23805057	24/08/2019 20:46	<a href="#">Doc. Médica 1</a>	Outros Documentos
23805058	24/08/2019 20:46	<a href="#">SAMU, BO e Comp. de Pag. Administrativo</a>	Outros Documentos
23805059	24/08/2019 20:46	<a href="#">Doc. Pessoais e Comp. de Residência</a>	Outros Documentos
23805061	24/08/2019 20:46	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
23805062	24/08/2019 20:46	<a href="#">Petição Inicial</a>	Outros Documentos
23989350	03/09/2019 14:26	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
24100794	03/09/2019 18:48	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
24473307	16/09/2019 19:32	<a href="#">Petição</a>	Petição
24473309	16/09/2019 19:32	<a href="#">Petição</a>	Outros Documentos
24473310	16/09/2019 19:32	<a href="#">CTPS</a>	Outros Documentos
24473311	16/09/2019 19:32	<a href="#">GuiaCustas</a>	Outros Documentos
25611284	29/10/2019 15:23	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

25734 326	30/10/2019 09:03	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
26854 043	06/12/2019 13:25	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
27096 429	16/12/2019 15:38	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
27096 436	16/12/2019 15:38	<a href="#">Decisão AI 0812174-53.2019.8.15.0000</a>	Comunicações
26890 583	17/12/2019 13:16	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
27413 457	13/01/2020 12:42	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
27428 538	13/01/2020 21:17	<a href="#">Embargos de Declaração</a>	Embargos de Declaração
27428 539	13/01/2020 21:17	<a href="#">Embargos de Declaração</a>	Outros Documentos
27428 540	13/01/2020 21:17	<a href="#">Decisão AI 0812174-53.2019.8.15.0000</a>	Outros Documentos
27557 637	04/02/2020 13:56	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
28138 066	10/02/2020 16:21	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
28968 984	10/03/2020 17:18	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
28968 998	10/03/2020 17:18	<a href="#">Decisão AI 0812174-53.2019.8.15.0000</a>	Documento Decisão Agravada
29310 916	21/03/2020 21:01	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo

Petição Inicial em anexo.



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 001.0.19.12439/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 24/08/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.612439 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,60 <b>Promovente:</b> JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.200,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000124 001409283189 520190831005 101912439011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.200,14

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 001.0.19.12439/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 24/08/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.612439 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Promovente:</b> JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.200,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.200,14

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 001.0.19.12439/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 24/08/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.612439 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,60 <b>Promovente:</b> JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.200,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000124 001409283189 520190831005 101912439011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.200,14







Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 001.2019.612439

**Data Vencimento:** 31/08/2019

**Data Emissão:** 24/08/2019

**Comarca:** Campina Grande

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

**Valor da Causa:** R\$ 11.812,50

**Despesas Processuais:** R\$ 12,00

**Custas:** R\$ 1.009,60

**Taxa:** R\$ 177,19

**Total da Guia:** R\$ 1.198,79

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente <b>JOSE Carlos Ferreira Santos</b>		Nº Prontuário	
Data da Operação <b>07/08/17</b>	Enf.	Leito	
Operador <b>Dr Rodolfo Coimbra</b>	1º Auxiliar <b>Dr Yury</b>		
2º Auxiliar <b>—</b>	3º Auxiliar <b>—</b>	Instrumentador <b>Andre</b>	
Anestesia		Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <b>Lesão Extensa Porção Moleza joelho (E) + fx Tibia (E)</b>			
Tipo de Operação <b>Lmc + Desbridamento cirúrgico + Sutura + Imobilização Gessada</b>			
Diagnóstico Pós-Operatório <b>O mesmo</b>			
Relatório Imediato da Patologia <b>φ</b>			
Exame Radiológico no Ato <b>Não</b>			
Acidente Durante a Operação <b>Não</b>			

COMPREV PREVIDÊNCIA  
10 SET. 2013  
PROTOCOLO

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Paciente em DOH sob Anestesia.</li> <li>2) Assépsie + Antissépsie + Campos Estéreis</li> <li>3) Lavado da ferida c/ SF 0.9 % 6 litros.</li> <li>4) Desbridamento de Tecidos Devitalizados</li> <li>5) Sutura de Aproximação c/ nylon 2-0.</li> <li>6) Anetico alveio.</li> <li>7) Tala Coxo-patelar em WIE.</li> </ol>
<p><b>OBS:</b> Pulso pedioso (+); fx sem comunicação c/ Área de ferimento.</p>
<p><i>(Assinatura)</i></p>
<p><b>Yury de Paula Câmara</b> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM/PB 10907</p>

Mod. 018

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**



## Diagnóstico

fx fish ①

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Jen Carlson
----------	-------------

Alojamiento

Leito

Convênio

Data

Prescrição Médica

Horário

Evolução Médica

1- Dishes - 6

2 - SF 0,9%. 1000 and 2000

3 - E1671 - 20 May, 21, 12/14a

4 - Grand Ave Dr, 12/14 SE

2 - New diary - JFa + cv, 2/8/84 SN

2 - 6/14/2006 19, 20, 21/44

4 - Chondrus, SE, 10/12

$$= SUV + CP$$

Em D.E.G., edo

4/11 Neurocircul

COMPREY PREVIDENCIO

10 SET. 2018

# PROTOCOL

010100

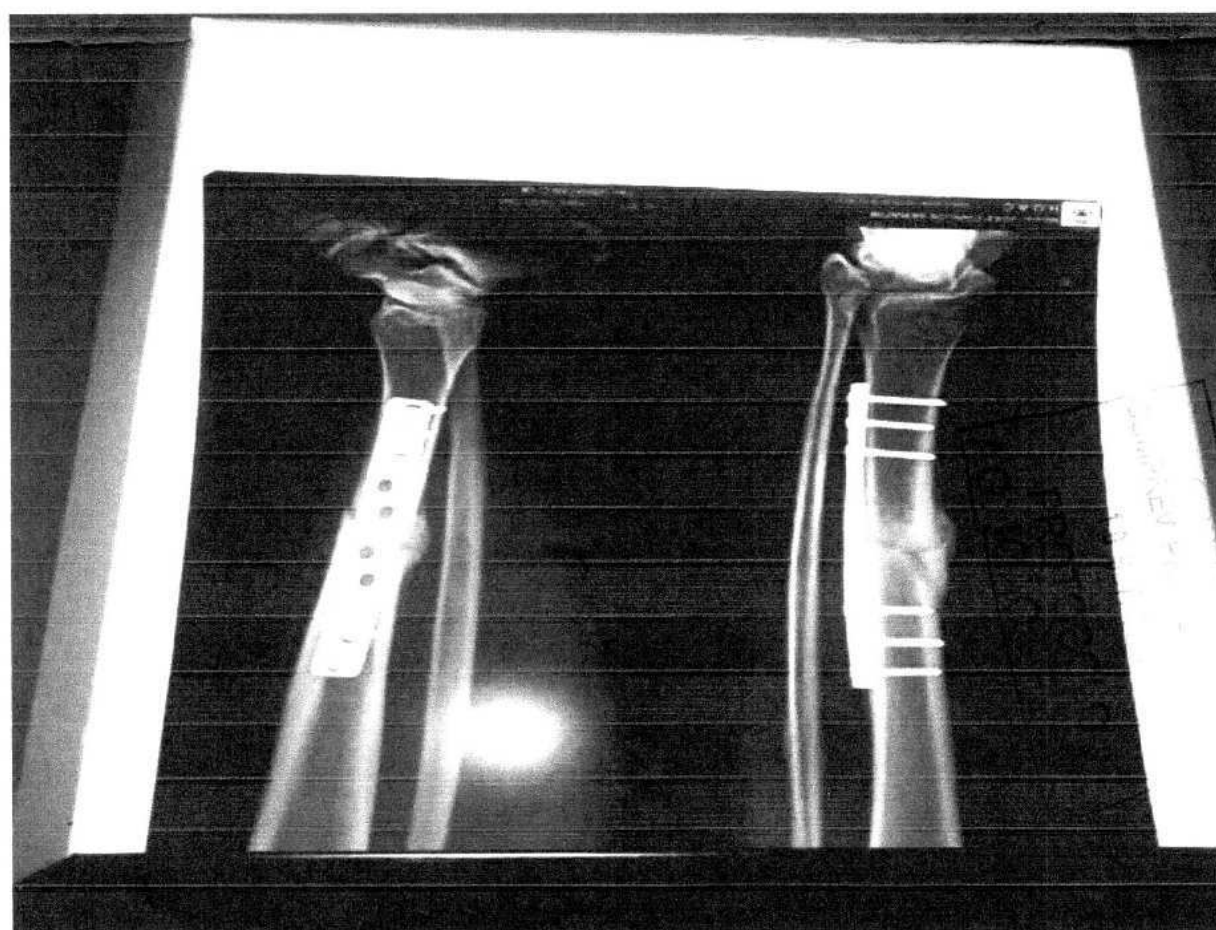
Uganda

Ex.  $\int x e^{-x} dx = -e^{-x}(x+1) + C$

Dr. Jefferson Lindsay M. Korth  
Dr. David S. ...  
CMAA #1010  
MAY 18 2010

Dr. Jefferson Libson L. A. Pereira  
Osteopata e Fisioterapeuta  
C.R.O. 14.105 - CRM-PR 20166







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

José Carlos Ferreira

laudo Médico

Paciente atendido neste  
serviço médico 07/08/17  
em decorrência de acidente  
de moto.

O setor de ortopedia - batou  
de extenso ferimento certo  
contuso no fêmur @ e  
fratura diáfise de  
tibia.

Na presente data encontra-  
-se em tratamento

CID 10: S822

16/07/18

Data

Rodolfo Coimbra Batista  
Ortopedista / Traumatologista  
CRM 6819 TEOT 13403



Dr. Aristóteles Queiroz Neto  
CRM - 6817  
Cirurgias Ombro e Cotovelo

Dr. Valth Guimarães  
CRM - PB 6326 / TEOT 15.090  
Cirurgia do Joelho

Dr. Fábio Gondim  
CRM - 5429  
Cirurgia do Joelho

Dr. Luciano Guedes Borges  
CRM - 3451  
Cirurgia do Quadril  
e Trauma

Dr. Schubert Costa  
CRM - 5523  
Cirurgia da Coluna

Dr. Waerson José Sousa  
CRM - 5277  
Cirurgia do Trauma e  
Infantil e Tratamento  
por ondas de choque

Dr. Valth Menezes Guimarães  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM - PB 6326 / TEOT 15.090

José Carlos F. SENAFIM

Muro Médico

Presente sobre acidente de moto  
no dia 07.08.17, evoluiu com  
fratura da tíbia (E), realizado H  
cirurgia. Fratura consolidada,  
sem dor ao espessar + glicocortico +  
tratamento conservador.

CID: S82

Rua Dr. Chateaubriand, 206 - São José - 83 3341.2566 / 3341.2560  
CEP: 58400-396 - Campina Grande - PB  
(Em frente ao HU - antigo Ipase)

COMPREV PREVIDENCIA S.A.  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO F. SILVA







# Diagnóstico

GOVERNO SECRETARIA DE SAÚDE  
DA PARAÍBA HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ORTOPEDIA 1  
LEITO 10-5

PRÉ-OP:

FX TIBIA E

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM, 32

LEITO 10-5

Paciente	Alojamento	Leito	Convenção	Evolução Médica
Data 24/08/19				Horário
Prescrição Médica				° DIH
1 DIETA LIVRE 1500ML EV P/24H				
2 SF 0,9% 1500ML EV P/24H				
3 DIPIRONA 1G + ABD EV 6/6H				
4 TRAMAL 100MG + 100ML SF EV 8/8H SN				
5 NAUSEDRON 8mg/ml 1FA + ABD EV 8/8H SN				
6 OMEPRAZOL 40MG + DILUENTE EV EM JEIUM				
7 CLEFAXNE 40MG SC 1X DIA				
8 MUDANÇA DE DECUBITO 2/2H				
9 MEDICAÇÕES DE USO CRÔNICO COM O PACIENTE				
10 MEDIR E ANOTAR PA 3X DIA				
12 SSV+CCGG				
13 CEFTRIAXONE 1G + ABD EV 12/12H				
14 Gentamicina 200mg + 500mg 100ml, 100, 1x/dia				
15				

Pronto Operatório

Cirurgia para redução da

cd: Luc. à vista

Dr. Valdir Fernandes Guimarães  
Ortopedia / Traumatologia  
CRM-PA 1325 / FEEL 15.000

COMPREV PREVIDENCIA S/A

10 SET. 2018

PROTOCOLO

12. JOÃO PESSOA

MOD 035





ORTOPEDIA 1  
LEITO 10-5

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

PRÉ-OP

FX TIBIA

Paciente: JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM, 32  
Alojamento: Leito: Convênio: LEITO 10-5

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
1	DIETA LIVRE		
2	SF 0,9% 1500ml EV P/24H		
3	CEFTRIAXONA 1g + ABD EV 12/12H		
4	DIPYRONA 1g + ABD EV 6/6H		
5	TRAMAL 100mg + 100ml SF EV 8/8H SN		
6	NAUSEDRON 8mg/ml 1FA + ABD EV 8/8H SN		
7	OML PRAZOL 40mg + DIUENTE EV EM JEJUM		
8	CLEAXANE 40mg SC 1X/DIA		
9	MUDANÇA DE DECÚBITO 2/2H		
10	MEDICAÇÕES DE USO CRÔNICO COM O PACIENTE		
11	MEDIR E ANOTAR PA 3X/DIA		
12	SSVV+CCGG		
13	SSVV+CCGG		
14	Curativos 1x/dia		
15			

Vinny de Paiva Câmara  
Enfermeira

Vinny de Paiva Câmara  
Enfermeira

COMPREV PREVIDÊNCIA ORT  
10 SET. 2018  
PROTÓCOLO  
AG. JO. O. P.





## Diagnóstico

ORTOPEDIA 1

LEITO 10-5

PRÉ-OP?

FX TIBIA

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM, 32

Alojamento

Leito

Convênio

LEITO 10-5

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
20/8	1 DIETA LIVRE 2 SF 0,9% 1500ML EV P/ 24H		15º DIA 12º DIA #ORTOPEDIA
20/8	3 CEFTRIAXONA 1G+ABD EV 12/12H 4 DIPIRONA 1G + ABD EV 8/6H 5 TRAMAL 100MG + 100ML SF EV 8/8H SN 6 NAUSEFEDRON 8mg/ml 1FA + ABD EV 8/8H SN 7 OMEPRAZOL 40MG + DILUENTE EV EM JEIUM 8 CLEXANE 40MG SC 1X/DIA 9 MUDANÇA DE DECUBITO 2/2H 10 MEDICAÇÕES DE USO CRÔNICO COM O PACIENTE 12 MEDICAR E ANCIAR PA 3X/DIA 13 SSV+CCG 14 Quebrar Jadae 15		366, 684ul, 51 pontos. Dureza 4 Evacuacion 4 FO = tempo, bom cooperação. cd: 4m DPA
Alta Hospitalar e encaminhamento para a Unidade de Tratamento e Evolução.			
Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 24/08/2019 20:46:04			
http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082420460328600000023064361			
Número do documento: 19082420460328600000023064361			

HUECC		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		INFERMARIA	LEITO	Nº PROXYMARIO	
FOLHA DE ANESTESIA		NOME: <u>Dr. Carlos Fernando S. N. F. M.</u>			IDADE: <u>32</u>	SEXO: <u>M</u>	COR:
DATA: <u>20/08/12</u>	PRESSÃO ARTERIAL: <u>130 x 90</u>	PULSO: <u>90</u>	RESPIRAÇÃO: <u>EUPNEICO</u>	TEMPERATURA: <u>36,3°C</u>	PESO: <u>80 kg</u>	ALTURA:	
TAXA SANGÜÍNEA	HEMATÓCITOS	HEMOGLOBINA	HEMATÓCRITO	GLUCEMIA	UREIA	CREATININA	
					ASMA	BRONQUITE	
AP. RESPIRATÓRIO: <u>ND</u>					ELETROCARDIOGRAMA		
AP. CIRCULATÓRIO: <u>ND</u>							
AP. DIGESTIVO: <u>RESUM OK</u>			DENTES:	PESCOÇO:	AP. URINÁRIO:		
ESTADO MENTAL: <u>ORIENTADO</u>			ATAXICOS:	CORTICOIDES:	ALERGIA: <u>NEG</u>	TIPO DE SÍMBOLOS:	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: <u>Fratura de t.3.3</u>					ESQUADRIÇÃO:	RISCO:	
ANESTESIAS ANTERIORES:							
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTESIA: <u>MIDAZOLAM - 2,5 mg + FENTANIL - 75 mcg</u>					APLICADA:	AS:	EFEITO:
4:15							
<div> <div> AGENTES ANESTÉSICOS</div> <div> LÍQUIDOS</div> </div>					<div> INDUÇÃO</div> <div> Satisf.: <u>Excit.:</u> <u>Tosse:</u></div> <div> Laringo. espasmódico: <u>Lenta</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div>		
<div> <div> CORDEIROS</div> <div> VIA ANESTÉSICA: PULSO - RESPIRAÇÃO</div> <div> AA - ANESTESIA O. OPERAÇÃO</div> </div>					<div> MANUTENÇÃO</div> <div> 3) <u>CCF 200 mg - 2g</u></div> <div> 4) <u>midazolam - 5 mg</u></div> <div> 5) <u>propofol - 10 mg</u></div> <div> 6) <u>de xametasol - 10 mg</u></div> <div> 7) <u>diplon - 2g</u></div> <div> 8) <u>fentanil - 4 mg</u></div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> Náuseas: <u>Vômitos:</u></div> <div> Outros:</div> <div> Com cânula:</div> <div> Raro o Leito: <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> CONDIÇÕES</div>		
<div> <div> SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES</div> <div> INDICAÇÃO</div> <div> AGENTES</div> <div> TÉCNICA</div> <div> OPERAÇÃO</div> <div> CIRURGIOS</div> <div> ANESTESISTAS</div> <div> OBSERVAÇÕES</div> </div>					<div> ANESTESIA SÁTISF. <u>Sim</u> <u>Não</u></div> <div> Não por que?</div> <div> DESPERTAR</div> <div> Reflexos na SC:</div> <div> Obstr.: <u>Co.:</u> <u>Excit.:</u></div> <div> N</div>		

COMPREV PREVIDENCIA S  
PERDA SANGUINEA  
10564 PERG  
COSTE AL PERSA - SRJA  
PROTOCOLLO  
AG: JO: O PER





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
José Carlos F. Seabra			
Data da Operação	20/08/17	Enf.	Leito
Operador	Dr. Valth Guimarães	1º Auxiliar	Dr. Otávio
2º Auxiliar		3º Auxiliar	
Anestesia		Instrumentador	José
Tipo de Anestesia			
Diagnóstico Pré-Operatório fratura no antebraço da perna (E)			
Tipo de Operação do crânio			
Diagnóstico Pós-Operatório 0 mm			
Relatório Imediato da Patologia -			
Exame Radiológico no Ato -			
Acidente Durante a Operação -			

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras	
01. Ponto em desnível dorsal para anestesia	
02. Anestesia e antiseptico	
03. Campos estéril	
04. Incisão longitudinal perna (E)	
05. Dissecção para placas quadriláteras	
06. Redução aberta da fratura	
07. fixação c/ placa DCP 4,5mm longa e 10 furos + 6 parafusos de cortiça.	
08. irrigação c/ soro	
09. drenagem hemostática	
10. Sutura por pontos autônomos	
11. curativo	
Dr. Valth Manoel Guimarães Ortopedia/Traumatologia CRM-PA 6326 / TCOT 15.000	

COMPREV PREVIDENCIA

10 SET. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Mód. 018





## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HUECC		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES		ENFERMARIA	LEITO	TIPO DE PROCEDIMENTO
FOLHA DE ANESTESIA		NOME: <u>JOV. DALLAS FERNANDA</u>		IDADE:	SEXO: <u>M</u>	COH:
DATA: <u>08.08.17</u>	PRESSÃO ARTERIAL: <u>116x64x41</u>	PULSO: <u>98 bpm</u>	RESPIRAÇÃO: <u>20 rpm</u>	TEMPERATURA:	PESO:	ALTURA:
TIPO SANGÜÍNEO:	HOMOCIDAS:	HEMOGLOBINA:	HEMATÓCRITO:	GLICEMIA:	UREIA:	CRIATININA:
URINA:						
AP. RESPIRATORIO: <u>impulso 20</u>				ASMA: <u>negativo</u> BRONQUITE:		
AP. CIRCULATORIO: <u>negativo</u>				ELETROCARDIOGRAMA:		
AP. DIGESTIVO: <u>jejuno há 6h</u>				DENTES:	PESCOÇO:	AP. UBINÁRIO:
ESTADO MENTAL: <u>avaliado</u>				ATAQUE:	CORTICOIDES:	ALERGIA: <u>anafilaxia</u> HIPERTENSORES:
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATORIO: <u>Tumor HIG</u>				ESTADO PSÍCO: <u>ABA 3/E</u> RISCO:		
ANESTESIAS ANTERIORES:						
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA: <u>Morazepam 5mg</u>				APLICADA AS:	EFEITO:	
21.00h						
AGENTES ANESTÉSICOS				INDIQUE: Satisf.: <u>Excit.</u> <u>Insist.</u> Laringo: <u>espasmo</u> <u>Lenta</u> Náuseas: <u>Vômitos</u> Outros: <u>MANUTENÇÃO</u> <u>1. Clonazepam 2g</u> <u>2. Tylenol 40mg</u> <u>3. Dexadron 10mg</u> <u>4. Namidron 4mg</u> <u>5. Depicoma 3g</u>		
LIQUÍDOS				ANESTESIA SATISF. Sim <u>Não</u> Não, por quê? <u>COMPREV PREVIDÊNCIA S...</u>		
CÓDIGOS	VP. ARTERIAL - O PULSO - O RESPIRAÇÃO AX - ANESTESIA - O - OPERAÇÃO			DESPERTAR: Reflexos na SO: <u>Obstr:</u> <u>Co:</u> <u>Exot:</u> Náuseas: <u>Vômitos</u> Outros: <u>Com cânula:</u> Para o Leito: Sim <u>Não</u> CONDIÇÕES:		
SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES	<u>ECG-RS</u> <u>SpO2 = 100%</u> <u>2.0-0-0</u>			10 SET. 2018 PROTOCOLO 10.10.18		
POSICÃO	<u>Pe. sentado, HCR, AIAS; de SCN.</u>					
AGENTES	<u>Tx. Morazepam 80 mg + Namidrona p. 18 mg</u>					
TECNICA	<u>Respiratória e Analgesia 25G</u>					
OPERAÇÃO	<u>Sutura HIG</u>					
CIRURGIÃO	<u>Dx. Rodolfo + HCR Juv</u>					
ANESTESISTAS	<u>Dx. DALLAS</u>					
OBSERVAÇÕES						
ANOTAR NO VERSO AS COMPLICAÇÕES PRÉ-OPERATÓRIAS E POS-OPERATÓRIAS					PERDA SANGÜÍNEA	
MÓD. 008					FOLHA DE ANESTESIA - SRP8	



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 24/08/2019 20:46:04

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082420460328600000023064361

Número do documento: 19082420460328600000023064361

Num. 23805052 - Pág. 9

Dr. Vitor Henrique Oliveira  
CRM-PB 63262/1501-19-005

01. Exame de avaliação da dor e da ansiedade  
02. Análise de exames de imagem  
03. Exame de avaliação da função renal  
04. Exame de avaliação da função hepática  
05. Exame de avaliação da função pulmonar  
06. Exame de avaliação da função cardíaca  
07. Exame de avaliação da função endócrina  
08. Exame de avaliação da função neurológica  
09. Exame de avaliação da função hematológica  
10. Exame de avaliação da função imunológica

Vi de Acesso - Tábua e Técnica - Lâminas - Drenagem - Sutura - Material Enfiado - Asperso Viscoso

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Nome do Paciente: José Luiz F. Silva

Data da Operação: 26/08/19

Operador: Dr. Vitor Henrique Oliveira

1º Auxiliar: Dr. João

2º Auxiliar: Dr. João

3º Auxiliar: Dr. João

Instrumentador: Dr. João

Tipo de Anestesia: Geral

Diagnóstico Pré-Operatório: Hernia de Juncos

Tipo de Operação: de Juncos

Diagnóstico Pós-Operatório: 0 mm

Relatório Imediato da Patologia: 0 mm

Exame Radiológico no Ato: 0 mm

Acidente Durante a Operação: 0 mm

PROTÓCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

10 SET. 2018

COMPREV PREVIDENCIÁRIA





## Diagnóstico

FMT 41370

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente

Cite Chelvi Pereira

Alojamento

10

Leito

Convênio

10-S

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
16.08	1 - Dieta livre		B.t.t. curar
	2 - S.R.L 500 ml I.V 12 / 12 h.	14.24	BAIXA VITAMIN
	3 - Dipirona 02 mL + S.F 10mL I.V 8 / 8 h (lentamente)	14.25.06	SAÚDE
	4 - Cetoprofeno 100 mg I.V + S.F 0,9% 100mL I.V 12 / 12 h. (correr em 20 min.)	15.06	SAÚDE
	5 - Omeprazol 40 mg I.V pela manhã (lentamente).	16.06	prova a feli
	6 - C. C. Gerais	16.06	09
	1 Clonidina 0,1mg I.V 8/8h	16.13 24.06	
	8 curar	16.06	
			09

COMPREV PREVIDENCIA Sim

10 SET. 2018

PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

9200 025

[illegible]



SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ORTOPEDIA 1  
LETO 10-5

PRE-OP

## Diagnóstico

FX TIBIA

JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM, 32

LEITO 10-5

Paciente	
----------	--

Leito

Convênio

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
17/3	1 DIETA LIVRE		
	2 SF 0,9% 1500ML EV-P/ 24H		
	3 DIPIRONA 1G + ABD EV 6/6H		
	4 TRAMAL 100MG + 100ML SF EV 8/8H SN		
	5 NAUSEDRON 8mg/ml 1FA + ABD EV 8/8H SN		
	6 OMEPRAZOL 40MG + DILUENTE EV EM JEIUM		
	7 CLEXANE 400G SC 1X/DIA		
	8 MUDANÇA DE DECUBITO 2/2H		
	9 MEDICAÇÕES DE USO CRÔNICO COM O PACIENTE		
	10 MEDIR E ANOTAR PA 3X/DIA		
	12 SSVV+CCGG		
✓	13 Clonazepam 6mg IV + SF EV 6/6h		
✓	14 Gentamicina 240mg IV + SF EV 12/12h		
15	curativo 1x/dia		

015 015

Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	Assis
12	9:00				330		Receita médica rotativa de ao cuidados de enfermagem de	
12	25:00				330		Receita médica rotativa de ao cuidados de enfermagem de	
17	9:00				330		Receita médica rotativa de ao cuidados de enfermagem de	

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOAO PESSOA



ORTOPEDIA 1

LEITO 10-5

PRE-OP

FX TIBIA

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM, 32 Leito: Alojamento: Convênio: LEITO 10-5

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
13/9	1 DIETA LIVRE 2 SF 0,9% 1500ML EV P/ 24H 3 DIPIRONA 1G + ABD EV 6/6H 4 TRAMAL 100MG + 100ML SF EV 8/8H SN 5 NAUSEDRON 8mg/ml 1FA + ABD EV 8/8H SN 6 OMEPRAZOL 40MG + DILUENTE EV EM JEIUM 7 CLEXANE 40MG SC 1X/DIA 8 MUDANÇA DE DECUBITO 2/2H 9 MEDICAÇÕES DE USO CRÔNICO COM O PACIENTE 10 MEDIR E ANOTAR PA 3X/DIA 12 SSW+CCGG 13 Clinda 600 mg + ABD EV 6/6h. 14 Clinda 300 mg + SF EV 8x/dia. 15 Curativo 1x/dia.	<del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>10h</del> <del>12h</del> <del>14h</del> <del>16h</del> <del>18h</del> <del>20h</del> <del>22h</del> <del>24h</del>  <del>02h</del> <del>04h</del> <del>06h</del> <del>08h</del> <del>1</del>	

Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	Assis
18/08	10:00	36,5°			130/80		Doença renal crônica, em tratamento com medicação, monitorado.	Debra
18/08	20:00				130/80		Doença renal crônica, em tratamento com medicação, monitorado.	Debra





ORTOPEDIA 1  
LEITO 10.5

Unit-OP:

FX TIBIA E

JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM, 32

LETTO 10-5

Convênio

Leito

Alojamento

Paciente	
----------	--

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
10/12	1 DIETA LIVRE 2 SF 0,9% 1500ML EV P/ 24H 3 DIPIRONA 1G + ABD EV 6/6H 4 TRAMAL 100MG + 100ML SF EV 8/8H SN 5 NAUSEDRON 8mg/ml TPA + ABD EV 8/8H SN 6 OMEPRAZOL 40MG + DILUENTE EV EM JEIUM 7 CLEXANE 40MG SC 1X/DIA 8 MUDANÇA DE DECÚBITO 2/2H 9 MEDICAÇÕES DE USO CRÔNICO COM O PACIENTE 10 MEDIR E ANOTAR PA 3X/DIA 12 SSVV+CCGG	<del>18</del> <del>19</del> <del>20</del> <del>21</del> <del>22</del> <del>23</del> <del>24</del> <del>25</del> <del>26</del> <del>27</del> <del>28</del> <del>29</del> <del>30</del> <del>31</del>	12º DIH ORTOPEdia B.E.G. ESTÁVEL SEM INTERVENÇÕES DIVERSE - LEVANTADO + LEVANTADO B.E.G. VPM
	13 Clind 600mg EV 6/6H 14 Gentre 240mg EV 1X/DIA 15 warfarin	<del>18</del> <del>19</del> <del>20</del> <del>21</del> <del>22</del> <del>23</del> <del>24</del> <del>25</del> <del>26</del> <del>27</del> <del>28</del> <del>29</del> <del>30</del> <del>31</del>	Dr. João César Castro Ortopedia e Traumatologia CRM: 3.5943

COMPREV PREVIDENCIA S/A

10 SET. 2018

PROTOCOLO

COMPREV PREVIDENCIA S/A.

10 SET. 2018

# PROTOCOL

MR. JOAO PESSOA

500 000



Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	Assis
19/08	08:00	36			120	80	Realização Eutro- fina e auto de- claração da enfer- meira.	
19/08	20:30				80	80		
20/08					80	80		

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG 1070 P/PCCA





## Ficha de Acolhimento

Nome:	Vereador Fernando Santos		
End:	Rua da População 45		
Data de Nascimento:	30-04-25	Documento de Identificação:	cent
Queixa:	Acidente		
Acidente de trabalho?	( ) Sim	( ) Não	Documento:

## Classificação de Risco

Nível de consciência:	( ) Bom	( ) Regular	( ) Baixo	Aspecto:	( ) Calmo	( ) Fáceis de dor	( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:						
Pressão arterial:	Temperatura axilar:						
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida						
Deambulação:	( ) Livre	( ) Cadeira de rodas	( ) Maca				

MOD. 110

## Estratificação

Curatela

( ) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional

COMPREV PREVIDENCIA S/A

10 SET. 2018

PROTOCOLO







SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

GOVERNO  
DA PARAIBA

# **TABELA DE ALDRETE E KROULIK MODIFICADA** ( Critérios para altas da SRPA)

Critério para alta de sala de recuperação pós anestésico	Hora entrada	Hora saída
Nenhum Movimento = 0		
Movimenta 2 membros = 1		
Movimenta 4 membros = 2		
Apnéia = 0		
Respiração Limitada, Dispneia = 1		
Respiração profunda e tosse = 2		
PA + ou - 50% do nível pré-anestésico = 0		
PA + ou - 20 a 40% do nível pré-anestésico = 1		
PA + ou - 20% do nível pré-anestésico = 2		
Sat O2 < 90 com oxigênio = 0		
Sat O2 > 90 com oxigênio = 1		
Sat O2 > 92% sem oxigênio = 2		
Não responde ao chamado = 0		
Despertado ao chamado = 1		
Completamente acordado = 2		
TOTAL DE PONTOS:		

Assinatura do anestesista

CUMPREV PREVIDENCIA Sim  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
10.0





## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

## Diagnóstico

Lesão extensa de partes moles  
por queimadura (E) e fratura  
fêmur (E) (Perna).

Paciente

Alojamento

Leito

Convênio

Data

D

1. BETA 14mg 19/08/2018  
2. SF 0,9% 1500ml EV 19/08/2018  
3. CLINDAMICINA 600mg + ABD EV 6/6h  
4. GENTAMICINA 240mg + 100ml SG 5% EV 1x DIA  
5. DIFIRONA 1g/ABD EV 6/6h  
6. TRAMAL 100mg - 100ml SF EV 8/8h S/D  
7. NAUSETRON 8mg/ml 1FA + ABD EV 8/8h S/D  
8. OMEPRAZOL 40mg - DILUENTE EV EV JEJUM  
9. CLEXANE 40mg 5x 1x DIA Após 19hs (14/08/2018)  
10. MUDANÇA DE DECUBITO 2/2h  
11. CURATIVO 1x DIA  
12. SSW+CCGG  
13. Tala tipo pedaleira M.E.  
14. SAI 5.000 vs 3m.

Horário

Evolução Médica

POT

Prontidão submetido a  
limpeza + debridamento cirúrgico + cobertura  
indefinição de estado de  
infecção  
No momento em UCPA

Cd. VPM

Rx controle.

Imagem ATR

COMPREV PREVIDÊNCIA SIM

10 SET. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PEDRO



## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

## Diagnóstico

1241-1310 Euf. 1  
11/08/19Paciente *Netto Luciano Santos* Aquecimento *8* Leto *1* Convênio

Data

Prescrição Médica

Horário

Evolução Médica

04/08

1 - Dieta livre

2 - S R L 500 ml I.V. 12 / 12 h.

3 - Clindamicina 600mg + ABD IV 6/6 h

4 - Gentamicina 240mg + S F 0,9% 100 ml IV 1 X

5 - Dipirona 02 ml I. V. 8 / 8 h (lento).

6 - Tilatil 20 mg I. V. 12 / 12 h.

7 - Omeprazol 40 mg I. V. 01 X dia.

8 - C. C. G.

*1 curativo**Netto, Luciano**Gerente**APM - 12**CLARA**07*

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

10 SET. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA



[illegible]



# Diagnóstico

GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Prescrição Médica	Horário	Leito	Convenio	Evolução Médica
1000	1 - Dieta livre				Exame. glb.
	2 - S R L 500 mL I.V. 12/12 hs.	12/12			Pronto socorro
	3 - Tilatil 20 mg I.V. 12/12 hs.	12/12			Pronto socorro
	4 - Omeprazol 40 mg I.V. 01 X dia	12/12			Pronto socorro
	5 - Dipirone 02 mL I.V. 8/8 hs. (lento)	12/12			Pronto socorro
	6 - C.C.C.G	12/12			Pronto socorro
	7 - Curativo no IV 12/12h	12/12			Pronto socorro
	8 - Curativo no local	12/12			Pronto socorro

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG: JOÃO PESSOA

Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	Assis
10/08/17	8:30				100/60		paciente está estável em ventilação, oxigenando bem, está estável em Tb, medicação adequada em prescrição médica	
10/08/17	11:30	-	-	-	-	-	Realizado	
10/08/17	11:30	-	-	-	-	-	Realizado limpeza em incisões cirúrgica em MIE. Utilizado SFQ 91. para limpeza. Utilizado com gaze com dip. de quarsol e SF. Acadêmica de Enfermagem: Rianidia da Silva Freitas	
10/08/17	14:00				90/60		paciente está estável em ventilação, oxigenando bem, está estável em Tb, medicação adequada em prescrição médica	

COMPREV PREVIDENCIA S/A

10 SET. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PEDRO





SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## Diagnóstico

12014 C-17-10-1772

1871 + 1872

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Carla Maria Silva	8	4	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
11/08	1 - Dieta livre	CT	Bib. esteril
	2 - SRL 500 mL I.V. 12/12 hs.	12 h	Citronada
	3 - Tilatil 20 mg I.V 12/12 hs.	18 h	pasta
	4 - Omeprazol 40 mg I.V 01 X dia	26 h	fígado de
	5 - Dipirona 02 mL I.V 8/8 hs. (lento)	14 e 22 h	cumprido
	6 - C.C.G.		7 gic
	7 - Curamyliv 600mg 10 R/H		curativo no
	8 - curafw doente	18 h	folha
			cy
			(Assinatura) Felipe da M.
			FARMACIA LOMAT
			GESSMA

510-010

COMPREV PREVIDENCIA S.A.

10 SET. 2018

# PROTOCOLLO

AG. JOÃO PESSOA

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

COMPREV PREVIDENCIAIS  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA





## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Agostinho	Alojamento	8	Leito	4	Convênio	
Data	14/8	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica			
		1 - Dieta livre		HAUSSEN			
		2 - S.R.L 500 ml I.V 12/12 h.	14/8	com mais			
		3 - Dipirone 02 mL + S.F 10mL I.V 8/8 h (lentamente)	14/8	HAUSSEN			
		4 - Cetoprofeno 100 mg I.V + S.F 0,9% 100mL I.V 12/12 h. (correr em 20 min.)	14/8	HAUSSEN			
		5 - Omeprazol 40 mg I.V pela manhã (lentamente).	14/8	HAUSSEN			
		6 - C. C. Gerais		HAUSSEN			
		7 - Curas antigas 600 + I.V 6/6h	14/8	HAUSSEN			
		8 - Curas antigas		HAUSSEN			
				HAUSSEN			

COMPREV PREVIDENCIA S.A.  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PEÇCOA

MOD. 035



## Diagnóstico

Apt 19319

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Dor em fêmur 11

Paciente: Dor em fêmur 11 Alojamento: 11 Leito: 8-4 Convênio: 8-4

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
1 - Dieta livre			Exame de urina
2 - S R L 500 mL I.V. 12/12 hs.			Exame de urina
3 - Tilatil 20 mg I.V 12/12 hs.			Exame de urina
4 - Omeprazol 40 mg I.V 01 X dia			Exame de urina
5 - Dipirona 02 mL I.V 8/8 hs. (lento)			Exame de urina
6 - C. C. G			Exame de urina
7 - Dor em fêmur 11			Exame de urina
8 - Dor em fêmur 11			Exame de urina
			Exame de urina

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

MCD 033

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: JOSE CARLOS FERREIRA SINGH Registro: \_\_\_\_\_ Leito: 10-5 Setor Atual: \_\_\_\_\_

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C; P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ irpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %  
HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm; Dor: ( ) Local: \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ☒ Consciente ( ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_

Drogas (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_

Pupilas: ☒ Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midríaticas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local: \_\_\_\_\_

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs: \_\_\_\_\_

OXIGENAÇÃO

Respiração: ☒ Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº \_\_\_\_\_ Comissura labial nº \_\_\_\_\_ FIO2 % PEEP cmH2O

☒ Eupnéia ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_

Aspiração: Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_ Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água: \_\_\_\_\_

Data da inserção do dreno: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Aspecto da drenagem torácica: \_\_\_\_\_

Gasometria arterial: PH \_\_\_\_\_ PCO2 \_\_\_\_\_ PO2 \_\_\_\_\_ HCO3 \_\_\_\_\_ EB \_\_\_\_\_ SpO2 \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: \_\_\_\_\_

SEGURANÇA FÍSICA

☒ Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo ( ) Risco de queda. Observação: \_\_\_\_\_

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: ☒ Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.

COMPREV PREVIDENCIA S.R.L.

10 SET. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PEÇCA



COMPREV PREVIDENCIA S.  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOAO PESSOA



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: JOSE CARLOS FERNANDES SOARES Registro: 10-5 Setor Atual:

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C: P: bpm; FR: l/rpm; PA: mmHg; FC: bpm; SPO2: %  
HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm Dor: ( ) Local: Obs.:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ☒ Consciente ( ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15):

Drogas (Sedação/Analgésia):

Pupilas: ☒ Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midríaticas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local:

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: ☒ Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº Comissura labial nº FIO2 % PEEP cmH2O

☒ Eupnéia ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispneia ( ) Outros:

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruidos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros:

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data: / / Hora:

PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA

☒ Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo ( ) Risco de queda. Observação:

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: ☒ Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.

COMPREV PREVIDENCIA S.r.l.

10 SET. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PEÇCA





GOVERNO  
DA PARAÍBA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### HISTÓRICO DE ENFERMAGEM

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Jose Carlos Ferreira Siqueira Registro: \_\_\_\_\_ Leito: 10.5 Setor Atual: Ort  
Idade: 38 Sexo: M Cor: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_  
Procedência: ( ) Vermelha ( ) Amarela ( ) Verde ( ) IUTI ( ) CC ( ) Ala: ( ) Residência ( ) Outro  
Data da internação hospitalar: \_\_\_\_\_ Data da internação no setor: \_\_\_\_\_  
Tem um cuidador/Responsável: ( ) Quem? \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Tem acesso a uma UBS: ( ) Qual: \_\_\_\_\_

#### 2. HISTÓRIA PREGRESSA

Internações prévias: ( ) Motivos: \_\_\_\_\_ Alergias: ( ) Qual: \_\_\_\_\_  
Doenças: ( ) HAS ( ) DM ( ) DPOC ( ) Cardiopatia ( ) Obesidade ( ) Tabagista ( ) Ex-tabagista ( ) Neoplasia  
( ) Alcoolismo ( ) Drogadição ( ) Outros: \_\_\_\_\_ Medicamentos em uso: \_\_\_\_\_

#### 3. HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL

Queixa principal (motivo da internação hospitalar):

Fratura exposta inferna ( Joelho / Tibia )

#### 4. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C, P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ irpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %  
HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm; Dor: ( ) Local: \_\_\_\_\_ Obs: \_\_\_\_\_

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

#### 5. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

##### REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ☒ Consciente ☒ Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro  
GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_ Drogas (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_  
Pupilas: ( ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mioticas ( ) Midriáticas  
Mobilidade Física: ☒ Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local:  
Linguagem: Alteração: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria

Obs: \_\_\_\_\_

##### OXIGENAÇÃO

Respiração: ( ) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T  
( ) VMNI ( ) VMI TOT nº \_\_\_\_\_ Comissura labial nº \_\_\_\_\_ FIO2 % PEEP cm-H2O

( ) Eupnéia ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruidos adventícios: ( ) Ruidos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_

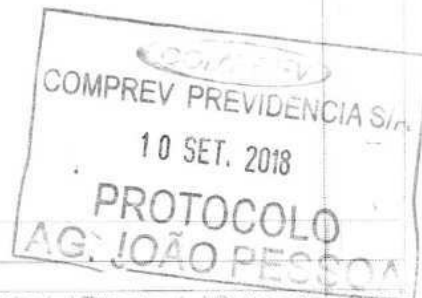
Aspiração: Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_ Dreno de tórax: ( ) D ( ) IE: ( ) Selo d'água

Data da inserção do dreno: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Aspecto da drenagem torácica: \_\_\_\_\_

Gasometria arterial: PH \_\_\_\_\_ PCO2 \_\_\_\_\_ PO2 \_\_\_\_\_ HCO3 \_\_\_\_\_ EB \_\_\_\_\_ SpO2 \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

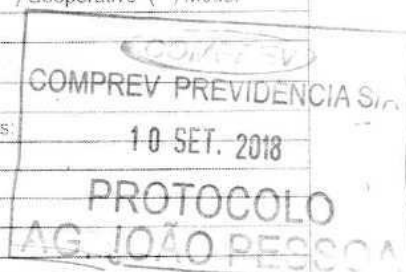
##### PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: \_\_\_\_\_





<b>SEGURANÇA FÍSICA</b>	
(X) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo. ( ) Risco de queda. Observação:	
<b>REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR</b>	
Pulso: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.	
Pele: (X) Corada ( ) Hipocorada ( ) Cianose ( ) Sudorese ( ) Fria ( ) Aquecida.	
Tempo de enchimento capilar: ( ) ≤ 3 segundos ( ) > 3 segundos. ( ) Turgência jugular: ( )	
Drogas vasoativas: ( ) Quais? Precordialgia: ( )	
Ausculta cardíaca: ( ) Rítmica ( ) Arritmica ( ) Sopros ( ) Outros. Marcapasso: ( ) Transitório ( ) Definitivo	
Cateter vascular: ( ) Periférico ( ) Central ( ) Dissecção. Localização: Data da punção: / /	
Edema: ( ) MMSS ( ) MMII ( ) Face ( ) Anasarca. Observações:	
<b>ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES (INTESTINAL E URINÁRIA)</b>	
Tipo somático: (X) Nutrido ( ) Emagrecido ( ) Caquético ( ) Obeso.	
Dentição: ( ) Completa ( ) Incompleta ( ) Prótese.	
Alimentação: (X) VC ( ) SNG ( ) SNE ( ) Gastronomia ( ) Jejunostomia ( ) NPT. Hora: Data: / /	
Alterações: ( ) Inapetência ( ) Disfagia ( ) Intolerância alimentar ( ) Vômito ( ) Pirose ( ) Outros:	
Abdômen: ( ) Normotenso ( ) Distendido ( ) Tenso ( ) Ascítico ( ) Outros:	
RHA: ( ) Normoativos ( ) Ausentes ( ) Diminuídos ( ) Aumentados	
Eliminação intestinal: (X) Normal ( ) Líquida ( ) Constipado há dias ( ) Outros:	
Eliminação urinária: (X) Espontânea ( ) Retenção ( ) Incontinência ( ) Hematúria ( ) SVD. Débito ml/h:	
Aspecto: ( ) Outros: Observações:	
<b>INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA</b>	
Condição da pele: (X) Inteira ( ) Ressecada ( ) Equimoses ( ) Hematomas ( ) Escoriações ( ) Outros:	
Coloração da pele: (X) Normocorada ( ) Hipocorada ( ) Ictérica ( ) Cianótica. Turgor da pele: ( ) Preservado	
Condições das mucosas: ( ) Umidas ( ) Secas. Manifestações de sede: ( ).	
Incisão cirúrgica: ( ) Local/Aspecto: Curativo em: / /	
Dreno: ( ) Tipo/Aspecto: Débito: Retirado em: / /	
Úlcera de pressão: ( ) Estágio: Local: Descrição: Curativo: / /	
<b>CUIDADO CORPORAL</b>	
Cuidado corporal: ( ) Independente ( ) Dependente ( ) Parcialmente dependente. Observações:	
Higiene corporal: ( ) Satisfatória ( ) Insatisfatória. Higiene Corporal: ( ) Satisfatória ( ) Insatisfatória.	
Limitação física: ( ) Acamado ( ) Cadeira de rodas ( ) Outro:	
<b>SONO E REPOUSO</b>	
( ) Preservado ( ) Insônia ( ) Dorme durante o dia ( ) Sono interrompido. Observações:	
<b>6 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS</b>	
<b>COMUNICAÇÃO, GREGARIA E SEGURANÇA EMOCIONAL</b>	
Comunicação: ( ) Preservada ( ) Prejudicada. Sentimentos e comportamentos: ( ) Cooperativo ( ) Medo:	
( ) Ansiedade ( ) Ausência de familiares/visita ( ) Outros:	
<b>7 - NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS</b>	
<b>RELIGIÃO / RELIGIOSIDADE E/OU ESPIRITUALIDADE</b>	
Tipo: ( ) Praticante ( ) Não praticante. Observações:	
<b>INTERCORRÊNCIAS</b>	
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro: DATA: 16/08/13 HORA: / /	



FONTE: BORDINHÃO, R.C. Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).







GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE SAÚDE DA PARAÍBA  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

### EVOLUÇÃO FISIOTERAPÊUTICA

Paciente	Prontuário	Ala	Leito	Enfermaria
João Carlos Pereira Sampaio		0600ddc-1	05	30
Data	Hora	Data	Hora	
22/07/19	10h30			
Paciente com fratura de tíbia e fêmur, dificuldade de marcha, uso de muletas, após cirurgia ortopédica, encaminhado de uma sessão de fisioterapia. Inicialmente, a sessão foi realizada com o paciente deitado, com o auxílio de uma muleta para a mobilização da perna esquerda. Foi realizada a mobilização passiva e ativa da articulação do quadril e do joelho, bem como a mobilização da perna direita. O paciente apresentou boa tolerância e não houve desconforto. A sessão terminou com o paciente deitado e com o uso de muletas para a mobilização.				
A.O. - Regon Santos - fisioterapeuta				

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

Sistema de Registro em  
Fisioterapia  
CREFITO 2400-F

MOD. 012

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Amorim, Gabriel Registro: 10 Leito: 5 Setor Atual: UTI

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: 98 °C; P: 60 bpm; FR: 18 lpm; PA: 120/80 mmHg; FC: 98 bpm; SPO2: 98 %

HGT: 1,70 m; Peso: 70 Kg; Altura: 1,70 cm Dor: ( ) Local: Costas Obs.: sem dor

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: (x) Consciente ( ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): 15 Drogas (Sedação/Analgesia): sem

Pupilas: (x) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midriáticas

Mobilidade Física: (x) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local: sem

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: (x) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % 21 l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº 0 Comissura labial nº 0 FIO2 21 % PEEP 0 cmH2O

(x) Eupnéia ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros:

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruidos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros:

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: sem Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água:

Data da inserção do dreno 10/09/2018 Aspecto da drenagem torácica: sem

Gasometria arterial: PH 7,38 PCO2 32 PO2 98 HCO3 20 EB 0 SpO2 98 Data: 10/09/2018 Hora: 10h

PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: sem

SEGURANÇA FÍSICA

(x) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo ( ) Risco de queda. Observação: sem

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: (x) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio

COMPREV PREVIDENCIA S.  
10 SET. 2018  
PROTOCOLO  
LAG: JOÃO PEDRO







### Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica

Paciente:	197 Carlos Roberto Martins	Idade:	38
Convênio:	25 Dist. 140385	Data:	14/01/11
Procedimento:	Ligadura Gástrica e duodenal por via laparoscópica		
Cirurgião:	Dr. Yano	Auxiliar:	
		Anestesista:	Dr. Wilson
Início:	21/10	Término:	20/10
		Anestesia:	raquide

[illegible][illegible]

Observações:	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> COMPREV PREVIDENCIA S.A.  10 SET. 2018  PROTOCOLO  AG. JOÃO PESSOA </div>
Assinatura Anestesista	Circulante

Assinatura Anestesista

Circulante

Relatório de Operação

MCD 103

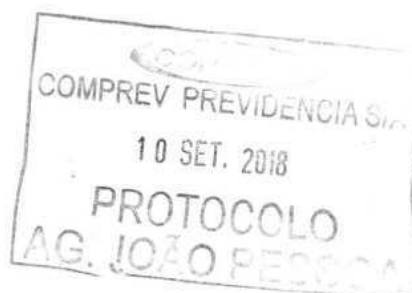




**TABELA DE ALDRETE E KROULIK MODIFICADA**  
( Critérios para altas da SRPA)

Critério para alta de sala de recuperação pós anestésico	Hora entrada	Hora saída
Nenhum Movimento = 0 Movimenta 2 membros = 1 Movimenta 4 membros = 2		
Apnéia = 0 Respiração Limitada, Dispnéia = 1 Respiração profunda e tosse = 2		
PA + ou - 50% do nível pré-anestésico = 0 PA + ou - 20 a 40% do nível pré-anestésico = 1 PA + ou - 20% do nível pré-anestésico = 2		
Sat O2 < 90 com oxigênio = 0 Sat O2 > 90 com oxigênio = 1 Sat O2 > 92% sem oxigênio = 2		
Não responde ao chamado = 0 Despertado ao chamado = 1 Completamente acordado = 2		
<b>TOTAL DE PONTOS:</b>		

Assinatura do anestesista



# NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE: <b>João Carlos Ferreira Siqueira 18.07.85</b>					
QI	LEITE	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	GOVERNO DA PARAIBA
	09/09/2014		38	1982365	
CIRURGIA: <b>Amputação de membro superior direito</b>			CIRURGIÃO: <b>Dr. Vitor</b>		
ANESTESIA: <b>Agulha</b>			ANESTESIA: <b>Dr. Vitor</b>		
INSTRUMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIM	
		09.08.2014	09.10	09.10	

Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS	Boia Corostoma	Qtd.	FIOS	CODIGO
	Adrenalina amp	01		Catgut cromado Sertix	
	Atropina amp			Catgut cromado Sertix	
	Diazepam amp	05		Catgut cromado Sertix	
01	Dimorfo amp			Catgut Simples	
	Do antina amp			Catgut Simples Sertix	
	Efrane ml			Catgut Simples Sertix	
	Fenegan amp			Catgut Simples Sertix	
	Fontani ml			Cera pl/ osso	
	Inova ml			Ethibond	
	Ketalar ml			Ethibond	
01	Mercama % ml			Ethibond	
	Neubatin amp			Fio de Algodão Sertix	
	Pavilion amp			Fio de Algodão Sertix	
	Protigmina amp	05		Fio de Algodão Sutopak	
	Proloxo fio			Fio de Algodão Sutopak	
	Quinlon ml			Fra cardíaca	
	Ragifen amp		04	Mononylon	
	Thionembatal ml			Mononylon	
	Tracrium amp			Prolene Sertix	
Qtd.	MEDICAÇÕES	01		Prolene Sertix	
	Agua Destilada amp			Prolene Sertix	
01	Decadron amp			Prolene Sertix	
02	Dipirona amp			Prolene Sertix	
	Flaxidol amp	09		Vicryl Sertix	
	Fluocortid amp	01		Vicryl Sertix	
	Geramipina amp	05		Vicryl Sertix	
	Glicose amp				
	Glucos de Calcio amp				
	Haemacel ml	05			
	Heparina ml				
	Kanakron amp	05			
	Lasix amp	05			
	Medrotriazol	01			
	Piasin amp	01			
	Prolamina				
	Reyvran amp				
	Stutatoron amp				
02	Cefalotina 1g				
01	Amoxicilina				
01	Clindamicina				
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES				
01	Agulha desc. 28x28				
	Agulha desc. 28x28				
	Agulha desc. 3x4.5	05			
01	Agulha p/ raque nº 95				
	Alcool de Enfermagem				
	Alcool Iodado ml				
03	Ataduras de Crepon				
	Ataduras de Gessada				
	Azul metileno amp				
	Benzina ml				

Qtd.	SOROS
	SG Normotermico fr 500 ml
01	SG Gelado fr 500 ml
	SG Hipertermico fr 500 ml
	SG Ring fr 500 ml
01	SE fr 500 ml

Qtd.	ORTESE E PROTESE

EQUIPAMENTOS	
1 Oximetro de Pulso	1 Fogo Auxiliar
1 Serra	1 Eletrocautério
1 Desfibrilador	1 Oxímetro
1 Fogo Frontal	1 Cardiomonitor
1 Fonte de Luz	1 Perfurador Elétrico

CIRCULANTE RESPONSÁVEL  
**Ariete Campos de Araújo Oliveira**  
 TEC. ENFERMAGEM  
 COREN-PB 397289

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
 1.0 SET. 2018  
 PROTOCOLO  
 LAG. 1010 P/2018





# OTORRINOL #

Ocorreria vitiosa de acidez  
ponto. Apresentando  
contorno em forma  
de ponto médio.

① Exame

Exame apresentando  
pequeno contorno em volta do  
ponto de ponto de ponto

① Pontos médios e TP pontos  
no MIF e amplexos.

① Atividade da mímica

Rx verdadeira trafuma 4341

Pl

① Atividade da mímica  
mimetismo da mão esquerda  
cd. Alter. de liníngio

① Encunha cc cc Pl EXP. +  
tratamento de urgência for EXP. +  
intimamente hoop a for EXP. +

Dr. Jefferson Libson L.A. Rocha  
Otorrinolaringologista  
CRM - RJ 4557 - CRM - PB 10168

DESTINO DO PACIENTE / / as / hs.

( ) Centro cirúrgico

( ) Alta hospitalar / ( ) JA recida

( ) Internação hospitalar

( ) Internação médica

( ) Internar em outro setor ou hospital

X Ass. do paciente ou responsável (quando necessário)

CODIGO/PROCEDIMENTO

COMPREV RBO 19 SET. 2018

PROTÓCOLO

IDADE

## LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CIRÚRGICA (CHECKLIST)

IDADE: 32 anos PRONTUÁRIO: 1482365

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE: José Carlos Ferreira Sena

ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA  
CIRÚRGICA  
SAÍDA

ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA

ANTES DA INCISÃO

ENTRADA

PAUSA CIRÚRGICA

- ☒ CONFIRMAÇÃO SOBRE O PACIENTE
- ☐ IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE
  - ☐ SÍTIO CIRÚRGICO
  - ☐ PROCEDIMENTO A SER REALIZADO
  - ☐ CONSENTIMENTO

- ☒ CIRÚRGICO, ANESTESISTA E ENFERMEIRO CONFIRMAM VERBALMENTE
- ☐ IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE
  - ☐ SÍTIO CIRÚRGICO
  - ☐ PROCEDIMENTO

## EVENTOS CRÍTICOS PREVISTOS

- ☒ VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA ANESTÉSICA CONCLUÍDA

- ☒ OXÍMETRO DE PULSO INSTALADO E FUNCIONANDO

- ☒ O PACIENTE POSSUI:

ALERGIA CONHECIDA?

☒ NÃO  
☐ SIM

VIA AÉREA DIFÍCIL/RISCO DE BRONCOASPIRAÇÃO?

☒ NÃO  
☐ SIM E HÁ EQUIPAMENTO DISPONÍVELRISCO DE PERDA SANGÜÍNEA > 500 ML  
(7 ML/KG EM CRIANÇAS)?☒ NÃO  
☐ SIM E HÁ ACESSO VENOSO ADEQUADO E PLANEJAMENTO PARA REPOSIÇÃO

O PROFISSIONAL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM OU DA EQUIPE MÉDICA CONFIRMA VERBALMENTE COM A EQUIPE:

- ☒ O NOME DO PROCEDIMENTO REALIZADO?

- ☒ A CONTAGEM DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, COMPRESSAS E AGULHAS ESTÃO CORRETAS OU NÃO SE APLICAM?

- ☒ BIÓPSIAS ESTÃO IDENTIFICADAS E COM O NOME DO PACIENTE?

- ☒ HOUVE ALGUM PROBLEMA COM EQUIPAMENTOS PARA SER RESOLVIDO?

- ☒ O CIRÚRGICO, O ANESTESISTA E A EQUIPE DE ENFERMAGEM REVISAM PREOCUPAÇÕES ESSENCIAIS PARA A RECUPERAÇÃO E O MANEJO DESTE PACIENTE

James Ross Albuquerque  
Aux. e Técnico de Enfermagem  
COREN/PB, 387456

Assinatura

COMPREV PREVIDÊNCIA

10 Set. 2018

PROTOCOLO

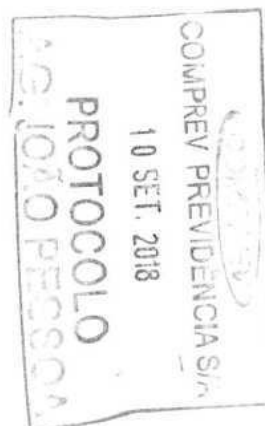
AÇÃO PESSOAL



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Receituário Simples



*AO Bloco*

*Pinungila*

Dr. Jefferson Libson L. A. Rocha  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-RN 6657 - CRM-PB 10168

MOD. 001

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Médico

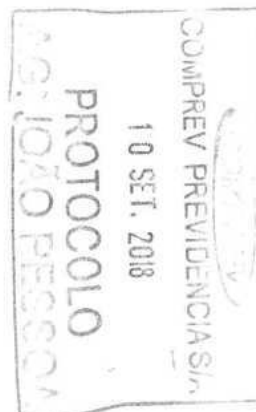




GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Receituário Simples



Por favor solicitar

Fisioterapia

Grate

Ho

MOD. 001

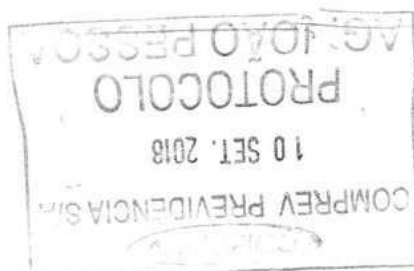
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Médico

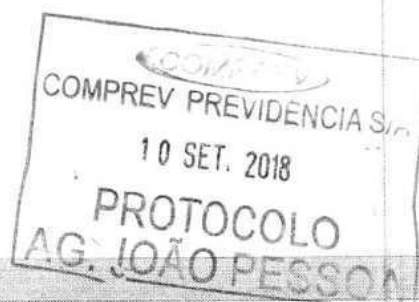








GOVERNO DA PARAIBA		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	
EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Nome:	Registro:	Leito:	Setor Atual:
2. AVALIAÇÃO GERAL			
Sinais vitais: Tax:	°C; P:	bpm; FR:	irpm; PA:
mmHg; FC:	bpm; SPO2:	%	
FGT	mg/dl; Peso:	Kg; Altura:	cm; Dor: ( ) Local:
Obs:			
EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:			
3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS			
REGULAÇÃO NEUROLÓGICA			
Nível de consciência: ( ) Consciente ( ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro			
GLASGOW(3-15): Drogas (Sedação/Analgesia):			
Pupilas: ( ) Isotóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mióticas ( ) Midriáticas			
Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local:			
Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria			
Obs:			
OXIGENAÇÃO			
Respiração: ( ) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T			
( ) VMNI ( ) VMI TOT n° Comissura labial n° FIO2 % PEEP cmH2O			
( ) Eupnéia: ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros:			
Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E			
Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros:			
Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto:			
Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água:			
Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:			
Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3- EB SpO2 Data: / / Hora:			
PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS			
Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação:			
SEGURANÇA FÍSICA			
( ) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo ( ) Risco de queda. Observação:			
REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR			
Pulso: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.			



Pele: (x) Corada ( ) Hipocorada ( ) Cianose ( ) Sudorese ( ) Fria ( ) Aquecida.  
Tempo de enchimento capilar: ( ) ≤ 3 segundos: ( ) > 3 segundos: ( ) Turgência jugular: ( )  
Drogas vasoativas: ( ) Quais? Precordialgia ( )  
Ausculta cardíaca: ( ) Rítmica ( ) Arritmica ( ) Sopros ( ) Outros. Marcapasso: ( ) Transitório ( ) Definitivo  
Cateter vascular: (x) Periférico ( ) Central ( ) Dissecção. Localização: ( ) Data da punção: 11/09/18  
Edema: ( ) MMSS ( ) MMII ( ) Face ( ) Anasarca. Observações:  
**ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES (INTESTINAL E URINÁRIA)**  
Tipo somático: (x) Nutrido ( ) Emagrecido ( ) Caquético ( ) Obeso.  
Dentição: ( ) Completa ( ) Incompleta ( ) Prótese.  
Alimentação: (x) VO ( ) SNG ( ) SNE ( ) Gastronomia ( ) Jejunostomia ( ) NPT. Hora: Data: 11/09/18  
Alterações: ( ) Inapetência ( ) Disfagia ( ) Intolerância alimentar ( ) Vômito ( ) Pirose ( ) Outros:  
Abdômen: ( ) Normotenso ( ) Distendido ( ) Tenso ( ) Ascítico ( ) Outros:  
RHA: ( ) Normoativos ( ) Ausentes ( ) Diminuídos ( ) Aumentados  
Eliminação intestinal: ( ) Normal ( ) Líquida ( ) Constipado há dias ( ) Outros:  
Eliminação urinária: ( ) Espontânea ( ) Retenção ( ) Incontinência ( ) Hematúria ( ) SVD. Débito ml/h:  
Aspecto: ( ) Outros: Observações:  
**INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA**  
Condição da pele: (x) Íntegra ( ) Ressecada ( ) Equimoses ( ) Hematomas ( ) Escoriações ( ) Outros:  
Coloração da pele: (x) Normocorada ( ) Hipocorada ( ) Ictérica ( ) Cianótica Turgor da pele: ( ) Preservado  
Condições das mucosas: (x) Úmidas ( ) Secas. Manifestações de sede: ( )  
Incisão cirúrgica: ( ) Local/Aspecto: Débito: Retirado em: Curativo em:  
Dreno: ( ) Tipo/Aspecto: Local: Descrição: Curativo:  
Úlcera de pressão: ( ) Estágio: Local: Descrição: Curativo:  
**CUIDADO CORPORAL**  
Cuidado corporal: ( ) Independente (x) Dependente ( ) Parcialmente dependente. Observações:  
Higiene corporal: (x) Satisfatória ( ) Insatisfatória Higiene Corporal: ( ) Satisfatória ( ) Insatisfatória.  
Limitação física: (x) Acamado ( ) Cadeira de rodas ( ) Outro:  
**SONO E REPOUSO**  
( ) Preservado ( ) Insônia ( ) Dorme durante o dia ( ) Sono interrompido. Observações:  
**4 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS**  
**COMUNICAÇÃO, GREGÁRIA E SEGURANÇA EMOCIONAL**  
Comunicação: (x) Preservada ( ) Prejudicada Sentimentos e comportamentos: ( ) Cooperativo ( ) Medo:  
( ) Ansiedade ( ) Ausência de familiares/visita ( ) Outros:  
**5 - NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS**  
**RELIGIÃO / RELIGIOSIDADE E/OU ESPIRITUALIDADE**  
Tipo: ( ) Praticante ( ) Não praticante. Observações:  
**INTERCORRÊNCIAS**  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
10 SET. 2018  
PROTOCOLADO  
AG. JOÃO PEÇOTA  
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro:  
Gilsara S. Raposo  
ENFERMEIRA  
CPF: 495.633  
FONTE: BORDINHAO. R.C. Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Jonas Carlos Ferreira Registro: \_\_\_\_\_ Leito: 105 Setor Atual: \_\_\_\_\_

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: \_\_\_\_\_ °C; P: \_\_\_\_\_ bpm; FR: \_\_\_\_\_ irpm; PA: \_\_\_\_\_ mmHg; FC: \_\_\_\_\_ bpm; SPO2: \_\_\_\_\_ %

HGT: \_\_\_\_\_ mg/dl; Peso: \_\_\_\_\_ Kg; Altura: \_\_\_\_\_ cm Dor: ( ) Local: \_\_\_\_\_ Obs.: \_\_\_\_\_

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ( ) Consciente ( ) Orientado ( ) Confuso ( ) Letárgico ( ) Torporoso ( ) Comatoso ( ) Outro

GLASGOW(3-15): \_\_\_\_\_

Drogas (Sedação/Analgesia): \_\_\_\_\_

Pupilas: ( ) Isocóricas ( ) Anisocóricas ( ) D>E ( ) E>D ( ) Fotorreagentes ( ) Mioticas ( ) Midríaticas

Mobilidade Física: ( ) Preservada ( ) Paresia ( ) Plegia ( ) Parestesia Local: \_\_\_\_\_

Linguagem: ( ) Qual? ( ) Disfonia ( ) Afasia ( ) Disfasia ( ) Disartria

Obs: \_\_\_\_\_

OXIGENAÇÃO

Respiração: (x) Espontânea ( ) Cateter Nasal ( ) Venturi % l/min ( ) Traqueostomia ( ) Ayre/Tubo T

( ) VMNI ( ) VMI TOT nº \_\_\_\_\_ Comissura labial nº \_\_\_\_\_ FIO2 % PEEP cmH2O

(x) Eupnéia: ( ) Taquipnéia ( ) Bradipnéia ( ) Dispnéia ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: ( ) Diminuídos ( ) D ( ) E

Ruídos adventícios: ( ) Roncos ( ) Sibilos ( ) Estridor ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Tosse: ( ) Improdutiva ( ) Produtiva Expectoração: ( ) Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_

Aspiração: Quantidade e aspecto: \_\_\_\_\_ Dreno de tórax: ( ) D ( ) E ( ) Selo d'água: \_\_\_\_\_

Data da inserção do dreno: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Aspecto da drenagem torácica: \_\_\_\_\_

Gasometria arterial: PH \_\_\_\_\_ PCO2 \_\_\_\_\_ PO2 \_\_\_\_\_ HCO3 \_\_\_\_\_ EB \_\_\_\_\_ SpO2 \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_\_

PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: ( ) Visão ( ) Audição ( ) Tato ( ) Olfato ( ) Paladar Observação: \_\_\_\_\_

SEGURANÇA FÍSICA

(x) Tranquilo ( ) Agitado ( ) Agressivo ( ) Risco de queda. Observação: \_\_\_\_\_

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: (x) Regular ( ) Irregular ( ) Impalpável ( ) Filiforme ( ) Cheio.

COMPREV PREVIDENCIA S/A

10 SET. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA



Pele: <input checked="" type="checkbox"/> Corada <input type="checkbox"/> Hipocrada <input type="checkbox"/> Cianose <input type="checkbox"/> Sudorese <input type="checkbox"/> Fria <input type="checkbox"/> Aquecida.	
Tempo de enchimento capilar: <input type="checkbox"/> ≤ 3 segundos; <input type="checkbox"/> > 3 segundos. <input type="checkbox"/> Turgência jugular: <input type="checkbox"/>	
Drogas vasoativas: <input type="checkbox"/> Quais?	Pracordialgia <input type="checkbox"/>
Ausculta cardíaca: <input type="checkbox"/> Rítmica <input type="checkbox"/> Arritmica <input type="checkbox"/> Sopros <input type="checkbox"/> Outros. Marcapasso: <input type="checkbox"/> Transitório <input type="checkbox"/> Definitivo	
Cateter vascular: <input checked="" type="checkbox"/> Periférico <input type="checkbox"/> Central <input type="checkbox"/> Dissecção. Localização:	Data da punção 14/03/14
Edema: <input type="checkbox"/> MMSS <input type="checkbox"/> MMII <input type="checkbox"/> Face <input type="checkbox"/> Anasarca. Observações:	
<b>ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES (INTESTINAL E URINÁRIA)</b>	
Tipo somático: <input checked="" type="checkbox"/> Nutrido <input type="checkbox"/> Emagrecido <input type="checkbox"/> Caquético <input type="checkbox"/> Obeso.	
Dentição: <input type="checkbox"/> Completa <input type="checkbox"/> Incompleta <input type="checkbox"/> Prótese.	
Alimentação: <input checked="" type="checkbox"/> VO <input type="checkbox"/> SNG <input type="checkbox"/> SNE <input type="checkbox"/> Gastronomia <input type="checkbox"/> Jejunostomia <input type="checkbox"/> NPT; Hora:	Data: ____/____/____
Alterações: <input type="checkbox"/> Inapetência <input type="checkbox"/> Disfagia <input type="checkbox"/> Intolerância alimentar <input type="checkbox"/> Vômito <input type="checkbox"/> Pirose <input type="checkbox"/> Outros:	
Abdômen: <input checked="" type="checkbox"/> Normotenso <input type="checkbox"/> Distendido <input type="checkbox"/> Tenso <input type="checkbox"/> Ascítico <input type="checkbox"/> Outros:	
RHA: <input type="checkbox"/> Normoativos <input type="checkbox"/> Ausentes <input type="checkbox"/> Diminuídos <input type="checkbox"/> Aumentados	
Eliminação intestinal: <input checked="" type="checkbox"/> Normal <input type="checkbox"/> Líquida <input type="checkbox"/> Constipado há ____ dias <input type="checkbox"/> Outros:	
Eliminação urinária: <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Retenção <input type="checkbox"/> Incontinência <input type="checkbox"/> Hematúria <input type="checkbox"/> SVD Débito ____ m/h;	
Aspecto: <input type="checkbox"/> Outros:	Observações:
<b>INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA</b>	
Condição da pele: <input type="checkbox"/> Íntegra <input type="checkbox"/> Ressecada <input type="checkbox"/> Equimoses <input type="checkbox"/> Hematomas <input checked="" type="checkbox"/> Escoriações <input type="checkbox"/> Outros:	
Coloração da pele: <input checked="" type="checkbox"/> Normocorada <input type="checkbox"/> Hipocrada <input type="checkbox"/> Ictérica <input type="checkbox"/> Cianótica	Turgor da pele: <input type="checkbox"/> Preservado
Condições das mucosas: <input checked="" type="checkbox"/> Úmidas <input type="checkbox"/> Secas Manifestações de sede: <input type="checkbox"/>	
Incisão cirúrgica: <input type="checkbox"/> Local/Aspecto: m.e.	Curativo em: 14/03/14
Dreno: <input type="checkbox"/> Tipo/Aspecto:	Débito: Retirado em: ____/____/____
Úlcera de pressão: <input type="checkbox"/> Estágio:	Local: Descrição: Curativo: ____/____/____
<b>CUIDADO CORPORAL</b>	
Cuidado corporal: <input type="checkbox"/> Independente <input type="checkbox"/> Dependente <input checked="" type="checkbox"/> Parcialmente dependente. Observações:	
Higiene corporal: <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatória <input type="checkbox"/> Insatisfatória	Higiene Corporal: <input type="checkbox"/> Satisfatória <input type="checkbox"/> Insatisfatória.
Limitação física: <input type="checkbox"/> Acamado <input type="checkbox"/> Cadeira de rodas <input type="checkbox"/> Outro:	
<b>SONO E REPOUSO</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Preservado <input type="checkbox"/> Insônia <input type="checkbox"/> Dorme durante o dia <input type="checkbox"/> Sono Interrompido. Observações:	
<b>4 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS</b>	
<b>COMUNICAÇÃO, GREGÁRIA E SEGURANÇA EMOCIONAL</b>	
Comunicação: <input checked="" type="checkbox"/> Preservada <input type="checkbox"/> Prejudicada	Sentimentos e comportamentos: <input checked="" type="checkbox"/> Cooperativo <input type="checkbox"/> Medo:
<input type="checkbox"/> Ansiedade <input type="checkbox"/> Ausência de familiares/visita <input type="checkbox"/> Outros:	
<b>5 - NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS</b>	
<b>RELIGIÃO / RELIGIOSIDADE E/OU ESPIRITUALIDADE</b>	
Tipo: <input type="checkbox"/> Praticante <input type="checkbox"/> Não praticante. Observações:	
<b>INTERCORRÊNCIAS</b>	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 10px auto;"> COMPREV PREVIDENCIA S/A  10 SET. 2018  PROTOCOLO  AG. JOÃO PESSOA </div>	
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro:	DATA: 14/03/14 HORA: 14:35 h
Milena de Lima Silva ENFERMEIRA COREN-PB 309823	

FONTE: BORDINHÃO, R.C. Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).





**BOLETIM DE Ocorrência**  
**Nº00360.01.2017.2.00.420**

**OCORRÊNCIA(S)**

**Suposto(s) Autor(es):**

**Tipificação 1:** LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

**Data da Ocorrência:** 07/08/2017

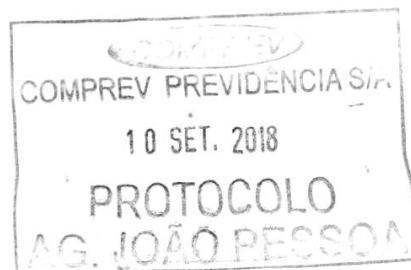
**Hora:** 18:09:00

**Forma da Comunicação:** Verbal

**Endereço:** Avenida Rio Branco, Prata, Campina Grande, PB.

**PARTE(S)**

COMUNICANTE	<b>Nome:</b> Catarina Dias Simões Ferreira%
	<b>Conhecido por:</b> Não informado
VITIMA	<b>Filiação:</b> Maria do Socorro Dias Simões e Antonio Assis Simões
	<b>Idade:</b> 39 <b>Data de Nascimento:</b> 08/04/1978 <b>Identidade de Gênero:</b> feminino
	<b>Nacionalidade:</b> brasileira <b>Naturalidade:</b> Campina Grande
	<b>Estado Civil:</b> casado(a)
	<b>Escolaridade:</b> Não informado <b>Profissão:</b> Vendedora
	<b>Documentos(s) de Identificação:</b> CPF nº 037.747.794-06
	<b>Endereço:</b> Rua- da República, 45, Centenário, Campina Grande, PB
	<b>Complemento:</b> Não informado
	<b>Telefone:</b> (83) 98800-0018
	<b>Nome:</b> José Carlos Ferreira Serafim
	<b>Conhecido por:</b> Não informado
	<b>Filiação:</b> Maria das Mercedes Ferreira Serafim e Manoel Serafim Neto
	<b>Idade:</b> 32 <b>Data de Nascimento:</b> 18/07/1985 <b>Identidade de Gênero:</b> masculino
	<b>Nacionalidade:</b> brasileira <b>Naturalidade:</b> Alexandria
	<b>Estado Civil:</b> casado(a)
	<b>Escolaridade:</b> Não informado <b>Profissão:</b> Administrador
	<b>Documentos(s) de Identificação:</b> CPF nº 061.926.514-00
	<b>Endereço:</b> Rua- da República, 45, Centenário, Campina Grande, PB
	<b>Complemento:</b> Não informado
	<b>Telefone:</b> (83) 98877-7028



Procedimento Policial: 00360.01.2017.2.00.420







TESTEMUNHA	<b>Nome:</b> Afonso Dias Simões <b>Conhecido por:</b> Não informado <b>Filiação:</b> Maria do Socorro Dias Simões e Antonio Assis Simões <b>Idade:</b> 35 <b>Data de Nascimento:</b> 04/09/1982 <b>Identidade de Gênero:</b> masculino <b>Nacionalidade:</b> brasileira <b>Naturalidade:</b> Campina Grande <b>Estado Civil:</b> casado(a) <b>Escolaridade:</b> Não informado <b>Profissão:</b> Técnico Em Informática <b>Documentos(s) de Identificação:</b> CPF nº 050.759.964-00 <b>Endereço:</b> Rua- Osvaldo Cruz, 1233-B, Centenário, Campina Grande, PB <b>Complemento:</b> Não informado <b>Telefone:</b> (83) 98713-9616
	<b>Nome:</b> Charles Dias Simões <b>Conhecido por:</b> Não informado <b>Filiação:</b> Maria do Socorro Dias Simões e Antonio Dias Simões <b>Idade:</b> 43 <b>Data de Nascimento:</b> 30/04/1974 <b>Identidade de Gênero:</b> masculino <b>Nacionalidade:</b> brasileira <b>Naturalidade:</b> Campina Grande <b>Estado Civil:</b> casado(a) <b>Escolaridade:</b> Não informado <b>Profissão:</b> Fotógrafo <b>Documentos(s) de Identificação:</b> CPF nº 887.449.904-30 <b>Endereço:</b> Rua da República, 45, Centenário, Campina Grande, PB <b>Complemento:</b> Não informado <b>Telefone:</b> (83) 98800-0018

**OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)**

(1) **Moto**, marca Honda, modelo CG 150 FAN ESDI, tipo de veículo Motocicleta, cor Preta, ano 2014, placa QFD-5287, chassi 9C2KC1680ER558415, renavam 0107510375-1

**DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS**

PARTE	Exame de Lesão Corporal Leve/grave Nº 2
	(1) José Carlos Ferreira Serafim (VITIMA)

**HISTÓRICO**

Informa o comunicante/vítima, que no dia, hora e local já descritos, conduzia a motocicleta Honda/CG 150 FAN ESDI, Ano/Modelo 2014/2014, cor preta, Placa QFD-5287-PB, Chassi de Nº 9C2KC1680ER558415, licenciada em nome do comunicante José Carlos Ferreira Serafim, quando trafegava na Avenida Rio Branco, bairro da Prata, momento em que num cruzamento o condutor de um veículo de sinais e condutor não identificado, entrou no cruzamento e colidiu contra a moto em que a vítima pilotava, vindo esta a cair ao solo e sofrido fratura exposta inferior Joelho e Tibia na perna esquerda, conforme prontuário em anexo, sendo socorrida pelq SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito, visto que o condutor do veículo evadiu-se do local. Afirma a vítima não ter o desejo de Representar Criminalmente contra o condutor do veículo Causador do Acidente.

Procedimento Policial: 00360.01.2017.2.00.420





SECRETARIA DE ESTADO DA  
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Delegacia Especializada de Acidentes de  
Veículos de Campina Grande



**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**  
Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social

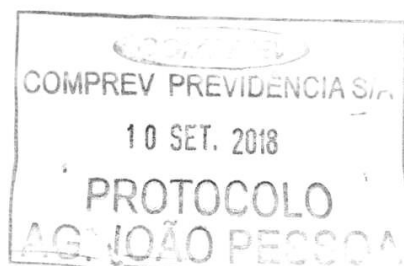
Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.

Campina Grande/PB, 06 de novembro de 2017.

SEVERINO DE CARVALHO LOPES  
Delegado(a) de Polícia Civil

*Catarina Dias Simões Ferreira*  
CATARINA DIAS SIMÕES FERREIRA  
Noticiante

ADEMIR DA COSTA VILAR  
Escrivão de Polícia



Procedimento Policial: 00360.01.2017.2.00.420





Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB  
Secretaria de Saúde do Município  
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
**SAMU Regional CG - 192**



## DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaramos para os devidos fins de direito que o **SAMU REGIONAL CG - 192** foi solicitado para prestar atendimento médico pré-hospitalar de urgência ao paciente conforme dados a seguir:

DATA: 7/8/2017	HORA: 18:09 HS	ID Nº: 1597947
NOME:	JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM	
QUEIXA:	ACIDENTE DE TRÂNSITO	
LOCAL:	AV. RIO BRANCO - PRATA	
COMPLEMENTO:		
CIDADE:	CAMPINA GRANDE/PB	
<b>DADOS DA REMOÇÃO</b>		
Paciente removido para o Hospital de Emergência e Trauma		

Campina Grande, 15 de agosto de 2017.

Deoclecio F Nascimento  
Coordenação Administrativa  
**SAMU REGIONAL CG - 192**



SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)  
Rua: Almeida Barreto, 428 São José CEP: 58400-328 Campina Grande-PB  
Fone: (83) 3322-5207 / 3322-5191



Invalidadez Permanente  
e Morte  
Indenizáveis

SEGURO

Pagamentos Efetuados

HE O PROCESSO

para saber sobre o  
do seu pedido de

## SINISTRO 3180417342 - Resultado de consulta por benefício

**VÍTIMA** JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Cor  
Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

**BENEFICIÁRIO** JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM

**CPF/CNPJ:** 06192651400

### Posição em 09-07-2019 20:55:21

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX


Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

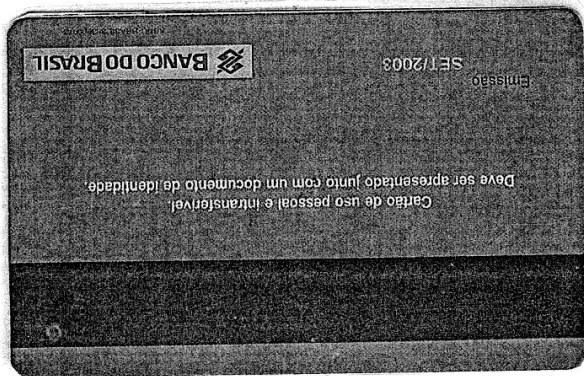
Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
02/10/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

### Histórico das correspondências enviadas

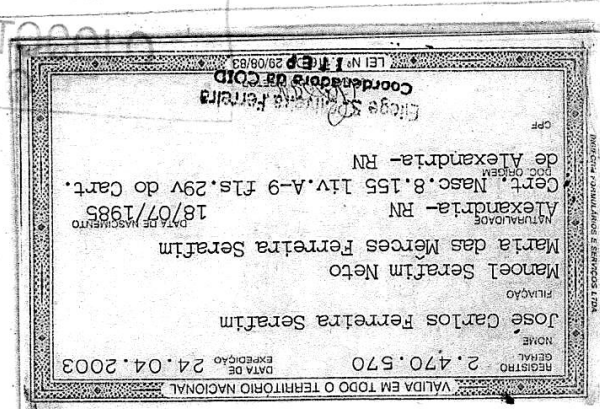
Data da Carta	Referência	Ver Carta
19/09/2018	Aviso de Sinistro	





COMPREV PREVIDENCIA  
10 SET. 2018

PROTOCOLO





**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

INFORME ESTE NÚMERO  
MATRÍCULA

12048801

REFERÊNCIA

AGO/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

JOSE MARTINS DE OLIVEIRA  
RUA EURIDES DE FARIAS C MELO, 35 - SANTA ROSA  
CAMPINA GRANDE PB 58400-000

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
018.013.030.0266.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y12N030200	18/12/2012	EXTERNO	LIGADO	LIGADO		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
948	961	13	32	13/09/2018		
HIST. CONS./ANOR.	LEIT.	QUALID.	ÁGUA-ANEXO 20	PORT. 05/2017	MS.	
JUL/2018	15	0	PARÂMETROS	EXIG.	ANALIS. CONFORMES	
JUN/2018	14	0	TURBIDEZ	0	0	
MAI/2018	15	0	COLOR	0	0	
ABR/2018	16	0	COR. TERMO	0	0	
MAR/2018	15	0	COR	0	0	
FEV/2018	15	0	COR. TOTAIS	0	0	
MEDIA(M)	15					

DADOS REFERENTES A: JUN/2018

DATA DA IMPRESSÃO: 14/08/2018

HORA DA IMPRESSÃO: 07:03:20

DESCRIÇÃO

ÁGUA

CONSUMO

TOTAL(R\$)

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE	10 M3	37,91
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3	3 M3	14,67
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 30,33 POR UNIDADE	10 M3	30,33
11 M3 A 20 M3 - R\$ 3,91 POR M3	3 M3	11,73
ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT. 05/2018 06/2018 07/2018		6,62
JUROS DE MORA 05/2018 06/2018 07/2018		3,19

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 8,75 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

26/08/2018

Total a Pagar:

R\$ 104,45



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA  
CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

"QUANDO A INFANCIA É PERDIDA, NÃO TEM JOGO GANHO"



MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
12048801	AGO/2018	26/08/2018	R\$ 104,45

82610000001 5 04450010018 3 01204880101 8 08201830003 6



REV. PREVIDENCIA  
10.9.1.2018  
PROTOCOLO





## PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

**OUTORGANTE:** Soré Carlos Ferreira Sena, brasileiro (a),  
solteiro, aux. de escritório, portador da Cédula de Identidade nº:  
2477570, inscrito no CPF nº: 061.19261944-100, residente e domiciliado  
na Rua Da República, Nº 45, Bairro, Centenário,  
na Cidade de Campina Grande /PB.

**OUTORGADO:** GERSON LUCIANO SANTOS NETTO, brasileiro, casado, advogado  
inscrito na OAB/PB sob nº 24.614, com endereço profissional na Rua: Amaury Araujo  
de Vasconcelos, 890, Três Irmãs, na Cidade de Campina Grande/PB, 986434993

**PODERES:** Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos  
do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta  
Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou  
reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo  
reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação,  
confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como  
substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier,  
praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato,  
ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art.105 do  
Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art.  
5º, § 2º da Lei n.º 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos  
Advogados do Brasil).

**CONTRATO:** O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária  
advocatória remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%,  
calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei n.º 1.060/50, declara que é pobre  
na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial  
sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 24 de Agosto de 2019.

Soré Carlos Ferreira Sena

**Outorgante/Declarante**







**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
CIVIL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

**JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM**, brasileiro, solteiro, aux. administrativo, inscrito no RG sob o nº 2470570 e CPF sob o nº 061.926.514-00, residente e domiciliado na Rua Da República, nº 45, Bairro: Centenário da cidade de Campina Grande/PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com endereço profissional localizado no endereço que consta no rodapé desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor o presente:

**ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.**

**COMPLEMENTO**

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

**DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO**

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015**.





## **DOS FATOS E DOS DIREITOS**

O Autor foi vítima de acidente automobilístico, ocorrido no dia 07/08/2017, quando conduzia a motocicleta Honda/CG 150 FAN ESDI, ano/modelo 2014, cor preta, Placa QFD5287-PB, chassi de nº 9C2KC1680ER558415, quando trafegava na Av. Rio Branco, bairro da prata, momento em que num cruzamento o condutor de um veículo de sinais e condutor não identificado, quando entrou no cruzamento e colidiu contra a moto em que o autor pilotava, vindo este cair ao solo e sofrido lesões graves, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande-PB, conforme descrito em prontuário médico, atestado médico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes ao Autor, tais como **FRATURA EXPOSTA INFERIOR JOELHO E TIBIA NA PERNA ESQUEDA (ONDE FOI SUBMETIDO A CIRURGIAS DE OSTEOSSÍNTESE COM PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)** o que sem dúvidas resultou no comprometendo total do membro, conforme se observa nos laudos médicos acostados aos autos e pericia a ser realizada.

Acontece que a parte autora, buscou seus direitos pela via administrativa, recebendo um valor irrisório de **R\$ 1.687,50 (MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional/invalidez dos membros supramencionado corresponde ao valor Máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, descrita em lei especial.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez





permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

***I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;***

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

***III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.***

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, **estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:**

***Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.***

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

***APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA***

***340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação***





*de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).*

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007, devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em ortopedia para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, devido o autor não possui capacidade econômica para arcar com tais despesas, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

### **DO REQUERIMENTO:**

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- Que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o **rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;





04- Seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

**05- Com fundamento no Art. 246, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);**

06- Seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- Não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

**08- Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já se encontram em anexo;**

09 – **Requer a produção de prova pericial**, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame se torna imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

**Campina Grande - PB, em 24 de Agosto de 2019**

**GERSON LUCIANO SANTOS NETTO**  
**- Advogado - OAB/PB 24.614**





## QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:\_\_\_\_\_.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA ( ), de que forma?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

(assinatura – carimbo – CRM)







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0821258-75.2019.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos.

Nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil (CPC), “a *pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça*”.

Da mesma maneira que no sistema anterior, no hodierno adotado pelo CPC, associado com a Lei nº 1.060/1950, que não foi totalmente revogada por aquele, a declaração de pobreza firmada por pessoa natural possui presunção “*iuris tantum*” de veracidade, isto é, relativa, sendo que, inexistindo provas ou indícios da suficiência financeira da pretendente, a concessão dos benefícios da justiça gratuita é medida imperativa, consoante disposto no art. 99, § 3º do CPC.

Todavia, tal regra não é absoluta, uma vez que comporta exceções, podendo o Juiz, diante de elementos que evidenciem que o requerente possui condições de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, indeferir a gratuidade judiciária, devendo, antes disso, determinar a comprovação dos rendimentos auferidos.

A respeito, destaco julgado do Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. REEXAME. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJA. NÃO PROVIMENTO. 1. A presunção de pobreza, para fins de



concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado investigar a situação do requerente caso entenda que os elementos coligidos aos autos demonstram a capacidade de custeio das despesas processuais. A reapreciação da matéria no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça. 2. agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag nº 1.365.235/sp, Rel Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 05/10/2012).

**Diante do exposto, intime-se o autor, por seu advogado, para juntar, no prazo de 15 dias, a simulação das custas processuais e documentos que comprovem a alegada hipossuficiência financeira, a saber: declaração de imposto de renda referente aos dois últimos anos e contracheques relativos aos dois últimos meses, sob pena de indeferimento da gratuidade judiciária requerida.**

Campina Grande-PB, data e assinatura pelo sistema.

Juíza de Direito





**6ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0821258-75.2019.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda a quem este for entregue, que em seu cumprimento, intime o(a) advogado(a) para manifestar-se no processo acima sobre o despacho que se segue: **"... Diante do exposto, intime-se o autor, por seu advogado, para juntar, no prazo de 15 dias, a simulação das custas processuais e documentos que comprovem a alegada hipossuficiência financeira, a saber: declaração de imposto de renda referente aos dois últimos anos e contracheques relativos aos dois últimos meses, sob pena de indeferimento da gratuidade judiciária requerida".**

Prazo: 15 dias.

Advogado: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO OAB: PB24614 Endereço: desconhecido

, em 3 de setembro de 2019.

De ordem, VENANCIO DOS SANTOS ROBERTO  
Mat.



Petição em anexo.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB**

Processo nº **0821258-75.2019.8.15.0001**

**JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM**, já qualificada nos autos da Ação em epígrafe, por seu novo procurador subscrito, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência requerer e expor:

MM. Juiz vem a parte autora juntar a CTPS, o qual comprova sua profissão atual, de balconista, onde não possui meios de arcar com as custas processuais, devido a prejudicar o seu próprio sustento e de sua família.

Insta ressaltar jurisprudência do Tribunal de Justiça, referente a processos idênticos onde paleteia-se a indenização do Seguro DPVAT, no tocante a concessão da Justiça gratuita:

**ACÓRDÃO Agravo de Instrumento nº 0805070 - 44.2018.8.15.0000**

**Agravante: Anderson Xavier Azevedo**

**Agravada: DPVAT-Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. INDEFERIMENTO EM PRIMEIRO GRAU. IRRESIGNAÇÃO. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ATRAVÉS DE DOCUMENTOS HÁBEIS. EXISTÊNCIA NA HIPÓTESE. REFORMA DA DECISÃO ATACADA. PROVIMENTO DO RECURSO.

Para a fruição dos benefícios da gratuidade judiciária por pessoa física, é necessária a declaração de que lhe faltam condições para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, nos termos do art. 98, do Código de Processo Civil, bem como a comprovação da hipossuficiência. Havendo nos autos, elementos capazes de ratificar a afirmação da parte postulante de que não possui condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais, de se conceder a gratuidade judiciária.

**DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº  
0804461-61.2018.8.15.0000**

RELATOR: Des. José Ricardo Porto

AGRAVANTE: Virgulino Firmino Neto

ADVOGADO: Inácio Bruno Sarmiento (OAB/PB 21.472)

AGRAVADA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

ADVOGADA: Janaína Melo Ribeiro Tomaz (OAB/PB 10.412)

Rua: Amaury Araújo Vasconcelos, nº890 –, Três Irmãs, Campina Grande – PB. CEP: 58424-715 Fones: (83) 996224381 / 986434993  
E-mail: gerson-netto@hotmail.com





AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PARA EVENTUAL COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. EXEGESE DO ART. 99, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. INDEFERIMENTO LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE. ERRO DE PROCEDIMENTO. ANULAÇÃO DO DECRETO JUDICIAL.

-  
“§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.”(Art. 99, §2º, CPC/2015)

Diante do exposto a presente juntada tem o escopo de instruir a presente demanda, pois desta forma será feita a mais Lídima Justiça, requerendo assim o prosseguimento do feito.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande, 16 de Setembro de 2019.

**GERSON LUCIANO SANTOS NETTO**  
**- Advogado - OAB/PB 24.614**





verificar, investigar e, se necessário, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Medidas de segurança compreendem as seguintes que a seguir se descrevem:

Cada acidente é uma lesão que deve ser apurada, para evitar maiores danos.

Toda a atividade tem uma causa que é preciso ser investigada para evitar a sua repetição.

Se não for conhecida a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

Se não se conhecer a causa, não se poderá evitar a ocorrência de novos acidentes.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**



Número 052151 Série 00019-RW



*Jose Carlos Pereira Siqueira*  
ASSINATURA DO PORTADOR



### QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome José Carlos Ferreira Serafim  
Loc. Nasc. Alexandria Est. RN Data 18/07/1985  
Filiação Manoel Serafim Neto e Maria das Neves  
Ferreira Serafim  
Doc. Nº Arg. nasc. nº 8.355 fls 290 livro A-9 Cart. Alex RN

### ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Doc. Ident. Nº \_\_\_\_  
Exp. em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Estado \_\_\_\_  
Obs.: \_\_\_\_  
Data Emissão 03/04/2003 DRT Alexandria RN

FILOMENA OLIVEIRA LIMA  
Assinatura do Funcionário  
Encarregado de Profissionais



## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador ELETROPOLO ELETRICIDADE  
LTDACNPJ/MF 02.375.399/0001-68Rua PRES. JOÃO PRSSOA Nº 188Município CAMPINA GRANDE Est. PB

Esp. do estabelecimento .....

Cargo BALCONISTACBO nº 523110Data admissão 02 de MARÇO de 2010

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada R\$ 510,00 (QUI-NIENTOS E DEZ REAIS)X Jorga Bim Chaves

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.



1º ..... 2º .....


Com. Dispensa CD Nº .....



VIDE PÁG. 212





 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 001.0.19.12439/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 24/08/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.612439 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,60 <b>Promovente:</b> JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.200,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000124 001409283189 520190831005 101912439011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.200,14

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 001.0.19.12439/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 24/08/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.612439 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Promovente:</b> JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.200,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.200,14

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 001.0.19.12439/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 24/08/2019
<b>Número da guia:</b> 001.2019.612439 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/08/2019
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,60 <b>Promovente:</b> JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,48
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.200,14
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866500000124 001409283189 520190831005 101912439011 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.200,14





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 001.2019.612439

**Data Vencimento:** 31/08/2019

**Data Emissão:** 24/08/2019

**Comarca:** Campina Grande

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

**Valor da Causa:** R\$ 11.812,50

**Despesas Processuais:** R\$ 12,00

**Custas:** R\$ 1.009,60

**Taxa:** R\$ 177,19

**Total da Guia:** R\$ 1.198,79

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0821258-75.2019.8.15.0001

1.

1.

1. **DECISÃO**

R. h. Vistos etc.

Analizando, detidamente, os presentes autos, verifico que não houve apreciação quanto a impossibilidade econômica da parte autora, em arcar com as custas processuais, razão porque, passo a fazê-lo.

Intimado para comprovar sua hipossuficiência, a parte autora trouxe, apenas a carteira de trabalho e a simulação das custas iniciais.

Pois bem.

Em que pese os dados constantes na documentação acostada, não vislumbro **efetiva impossibilidade** econômica da parte demandante em adimplir com as custas iniciais.

Ora, analisando, detidamente, toda a documentação acostada pelo autor, em que pese a juntada de sua carteira de trabalho, não vislumbro a efetiva impossibilidade financeira em adimplir com as custas iniciais. Assim, tenho que o demandante pode arcar com parte das custas processuais, não se apresentando, pois, obrigação de difícil cumprimento, se houver redução do valor atribuído à causa, e parcelamento da importância devida, nos termos do art. 98, §§ 5º e 6º, do CPC, que assim reza:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

(...)





§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Este também é o entendimento dos nossos Tribunais. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOAS NATURAIS. PARCELAMENTO E REDUÇÃO DO VALOR DAS CUSTAS INICIAIS. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I – Consoante o art. 99, § 3º, do CPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoas naturais, o que, a princípio, esteia a concessão do benefício da gratuidade da justiça. Contudo, tal presunção é relativa, de modo que pode ser afastada caso o julgador encontre substratos mínimos que evidenciem a capacidade de custear as despesas processuais. II – Registre-se que, nos termos do art. 98, §§ 5º e 6º, do CPC, não comprovado o estado de necessidade financeira que impossibilite o pagamento integral das custas e das despesas processuais, é facultado ao magistrado, frente às especificidades do caso concreto, conceder a gratuidade para determinados atos específicos, reduzir percentualmente as despesas processuais ou, ainda, propiciar o parcelamento das custas judiciais, de forma a viabilizar o custeio dos atos processuais pela parte. III – Na espécie, o juízo a quo determinou o recolhimento das custas processuais com desconto de 50% (cinquenta por cento) e parcelamento em até três vezes, sendo a medida suficiente para assegurar o acesso à justiça. IV-Inexistindo nos autos elementos que autorizem a concessão integral do benefício da gratuidade da justiça, não há motivos para reforma da decisão agravada. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E IMPROVIDO. (Classe: Agravo de Instrumento, Número do Processo: 0027570-53.2017.8.05.0000, Relator (a): Carmem Lucia Santos Pinheiro, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 15/05/2018 )<sup>1</sup>.

Diante deste cenário, não havendo provas suficientes da hipossuficiência efetiva do demandante, indefiro a **concessão integral das custas** e despesas processuais, indeferindo, pois, a gratuidade judiciária.

Contudo, viabilizando o adimplemento das custas iniciais, reduzo em 70% o valor da base de cálculo (valor da causa) e concedo o direito de parcelamento das citadas custas (os 30% do valor atribuído à causa), nos termos do art. 98, § 6º, do CPC/15, em 6 parcelas.



Intime-se o autor desta decisão, bem como para proceder com o recolhimento das custas no prazo de 15(quinze) dias.

**CUMPRA-SE.**

Campina Grande, Data e assinatura pelo sistema.

[1](#)(TJ-BA - AI: 00275705320178050000, Relator: Carmem Lucia Santos Pinheiro, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 15/05/2018).





6ª Vara Cível de Campina Grande

()

Nº do processo: 0821258-75.2019.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para manifestar-se no processo acima, acerca do despacho:

Analizando, detidamente, os presentes autos, verifico que não houve apreciação quanto a impossibilidade econômica da parte autora, em arcar com as custas processuais, razão porque, passo a fazê-lo.

Intimado para comprovar sua hipossuficiência, a parte autora trouxe, apenas a carteira de trabalho e a simulação das custas iniciais.

Pois bem.

Em que pese os dados constantes na documentação acostada, não vislumbro **efetiva impossibilidade** econômica da parte demandante em adimplir com as custas iniciais.

Ora, analisando, detidamente, toda a documentação acostada pelo autor, em que pese a juntada de sua carteira de trabalho, não vislumbro a efetiva impossibilidade financeira em adimplir com as custas iniciais. Assim, tenho que o demandante pode arcar com parte das custas processuais, não se apresentando, pois, obrigação de difícil cumprimento, se houver redução do valor atribuído à causa, e parcelamento da importância devida, nos termos do art. 98, §§ 5º e 6º, do CPC, que assim reza:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

(...)



§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Este também é o entendimento dos nossos Tribunais. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOAS NATURAIS. PARCELAMENTO E REDUÇÃO DO VALOR DAS CUSTAS INICIAIS. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I – Consoante o art. 99, § 3º, do CPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida por pessoas naturais, o que, a princípio, esteia a concessão do benefício da gratuidade da justiça. Contudo, tal presunção é relativa, de modo que pode ser afastada caso o julgador encontre substratos mínimos que evidenciem a capacidade de custear as despesas processuais. II – Registre-se que, nos termos do art. 98, §§ 5º e 6º, do CPC, não comprovado o estado de necessidade financeira que impossibilite o pagamento integral das custas e das despesas processuais, é facultado ao magistrado, frente às especificidades do caso concreto, conceder a gratuidade para determinados atos específicos, reduzir percentualmente as despesas processuais ou, ainda, propiciar o parcelamento das custas judiciais, de forma a viabilizar o custeio dos atos processuais pela parte. III – Na espécie, o juízo a quo determinou o recolhimento das custas processuais com desconto de 50% (cinquenta por cento) e parcelamento em até três vezes, sendo a medida suficiente para assegurar o acesso à justiça. IV-Inexistindo nos autos elementos que autorizem a concessão integral do benefício da gratuidade da justiça, não há motivos para reforma da decisão agravada. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E IMPROVIDO. (Classe: Agravo de Instrumento, Número do Processo: 0027570-53.2017.8.05.0000, Relator (a): Carmem Lucia Santos Pinheiro, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 15/05/2018 )<sup>1</sup>.

Diante deste cenário, não havendo provas suficientes da hipossuficiência efetiva do demandante, indefiro a **concessão integral das custas** e despesas processuais, indeferindo, pois, a gratuidade judiciária.

Contudo, viabilizando o adimplemento das custas iniciais, reduzo em 70% o valor da base de cálculo (valor da causa) e concedo o direito de parcelamento das citadas custas (os 30% do valor atribuído à causa), nos termos do art. 98, § 6º, do CPC/15, em 6 parcelas.



Intime-se o autor desta decisão, bem como para proceder com o recolhimento das custas no prazo de 15(quinze) dias.

Advogado: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO OAB: PB24614 Endereço: desconhecido

, em 30 de outubro de 2019.

De ordem, SUENIA AURELIANO BARRETO  
Mat.



## CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte autora acerca da decisão id 25611284.

6 de dezembro de 2019

SUENIA AURELIANO BARRETO







Poder Judiciário da Paraíba  
6ª Vara Cível de Campina Grande

---

**Número do Processo:** 0821258-75.2019.8.15.0001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM  
**Polo passivo:** RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, que anexe a decisão Agravo de Instrumento.

, 16 de dezembro de 2019  
ETHEL MAISA CAIANA PINTO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520192780450

Nome original: 0812174-53.2019.8.15.0000.pdf

Data: 27/11/2019 13:11:55

Remetente:

Viviane Queiroz Pereira

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Sr. Des. Relator, encaminho a V. Exa cópia da Decisão proferida nos autos do AI nº 0812174-53.2019.8.15.0000 (PJE), interposto contra os termos do despacho desse Juízo, lançado na Ação nº 0821258-75.2019.8.15.0001





27/11/2019

Número: **0812174-53.2019.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos**

Última distribuição : **18/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0821258-75.2019.8.15.0001**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM (AGRAVANTE)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4957848	26/11/2019 19:18	<a href="#">Decisão</a>	Decisão





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Câmara Cível**  
**Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO** nº 0812174-53.2019.8.15.0000

03

**RELATOR** :Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

**AGRAVANTE** :Jose Carlos Ferreira Serafim

**ADVOGADO** :Gerson Luciano Santos Netto (OAB/PB 24.614)

**AGRAVADO** :Seguradora Lider Dos Consorcios S/A

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de tutela antecipada, interposto por **JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM** objetivando reformar, a final, decisão prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande que, nos autos da ação de indenização por acidente de trânsito sob nº 0821258-75.2019.8.15.0001, proposta em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, indeferiu pedido de justiça gratuita.

Em seu arrazoado, o agravante aduz a impossibilidade de arcar com as custas processuais, uma vez que exerce a função de auxiliar administrativo, e percebe um salário mínimo, alegando ainda que, restando indeferido o pedido de justiça gratuita, lhe está sendo negado o princípio constitucional de acesso à justiça.

Sustentou que “a simples atuação por meio de Advogado particular não configura por si só a capacidade para o pagamento das custas judiciais, sem o comprometimento de sua manutenção”.

Por fim, requereu a concessão da tutela antecipada recursal para que se conceda integralmente os benefícios da justiça gratuita, com a sua confirmação e reforma da decisão agravada ao final.

É o essencial relato.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: ETHEL MAISA CAIANA PINTO - 16/12/2019 15:38:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121615382256700000026155463>  
Número do documento: 19121615382256700000026155463

Num. 27096436 - Pág. 3

Decido.

Em verificando que a queixa recursal está enquadrável na hipótese do art. 1.015, V, do novel Código de Processo Civil, que autoriza a interposição desta modalidade de recurso, e, exercendo em cognição sumária, o juízo de admissibilidade e, atendidos os seus requisitos intrínsecos ou subjetivos (tais como o cabimento do recurso, a legitimidade, o interesse recursal, a inexistência de algum fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer) e extrínsecos ou objetivos (tais como, o preparo, a tempestividade, e regularidade formal), admito o processamento deste agravo de instrumento.

Antes de adentrar no âmago da tutela de urgência requestada na peça recursal, consistente na suspensão da eficácia da decisão recorrida (atribuição de efeito suspensivo ao recurso), entendo digno de registro a transcrição da legislação processual atinente a esta prestação jurisdicional.

Antes de adentrar no âmago da pretensão recursal, entendo plausível a transcrição da legislação processual atinente a esta prestação jurisdicional.

**Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.** (destaquei)

**Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.** (grifei)

**Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.** (grifei)

**Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.** (destaquei)

**Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo;** (grifei)

**§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.** (grifei)

**§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.** (destaquei)



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: ETHEL MAISA CAIANA PINTO - 16/12/2019 15:38:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121615382256700000026155463>  
Número do documento: 19121615382256700000026155463

Num. 27096436 - Pág. 4

**Art. 932. Incumbe ao relator:**

**II – apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;**(grifei)

**Art. 1019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:**

**I – poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;** (grifei)

Sob a consideração de que pretensão da parte recorrente é uma tutela provisória de urgência antecipada incidental satisfativa, que lhe foi negada pelo juízo de primeiro grau, e que o instrumento próprio para a sua concessão é através do agravo de instrumento e que cabe ao relator a sua apreciação, antes de tirar conclusão do acerto ou não dessa decisão, ora “sub censura”, cumpre, dela fazer uma rápida introdução.

Como é cediço, o processo, como técnica de solução de conflitos não garante, em regra, a imediata solução da lide. Isto porque são necessárias várias fases – a postulatória, a saneadora, a instrutória - até se atingir a última - a fase de julgamento da causa no processo de conhecimento ou de execução.

Não obstante, a espera por um provimento de mérito, após todas as fases processuais, muitas vezes pode provocar um dano de grande envergadura e até irreversível à parte. Por isso, com o fim de minimizar os efeitos nefastos do tempo sobre o direito discutido em juízo, o legislador, a fim de assegurar a efetividade do resultado final do processo principal, assegurou ao juiz, em determinadas circunstâncias, antecipar, provisoriamente, a própria solução definitiva no processo principal. A esse instituto deu-se o nome atual de tutela provisória de urgência antecipada.

Trata-se, em verdade, da concretização do direito à duração razoável do processo, estabelecido no art. 4º do NCPC e que se afigura entre as garantias processuais (CF, art. 5º, inc. LXXVII).

Pois bem.

Como se vê na legislação supra declinada, os requisitos da tutela provisória de urgência antecipatória, comuns à fase de conhecimento e no âmbito recursal, estão elencados no art. 300, “caput” e parágrafo terceiro, do NCPC, quais sejam: elementos que evidenciem a probabilidade do direito (art. 300) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300) e ainda o perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão (art. 300, § 3º).



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: ETHEL MAISA CAIANA PINTO - 16/12/2019 15:38:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121615382256700000026155463>  
Número do documento: 19121615382256700000026155463

Num. 27096436 - Pág. 5



Portanto, vislumbra-se aqui, em relação ao primeiro requisito, uma alteração digna de nota: enquanto que o CPC de 1973 exigia expressamente para a tutela antecipada – na sua perspectiva, satisfativa o requisito de “prova inequívoca” (art. 273, “caput”). O CPC de 2015 admite que a tutela antecipada satisfativa, sob a roupagem de tutela provisória de urgência, seja deferida com base em menor grau de certeza, isto é, com base apenas em “elementos que evidenciem a probabilidade do direito” (art. 300, “caput”).

Essa “probabilidade do direito” nada mais é que uma exigência da lei de uma prova capaz de conduzir o juiz a um juízo de probabilidade apto a antecipar o pleito solicitado. Na dicção de FREDIE DIDIER JUNIOR: “a probabilidade do direito a ser provisoriamente satisfeito/realizado ou acautelado é a plausibilidade de existência desse mesmo direito” (Curso de Direito processual Civil, vol. 2, 11ª ed., Salvador, Jus Podivm, 2016, p. 608). A sua vez, LUIZ GUILHERME MARINONI assevera que “a probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O Juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a tutela provisória” (Novo Código de Processo Civil Comentado, 1ª ed., Editora Revista dos Tribunais, p. 312).

Quanto ao segundo requisito - perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (NCPC, art. 300) – impende, desde logo, fazer a distinção entre “risco” e “perigo”. É que, embora possam parecer sinônimos, não se confundem. Risco é a possibilidade de dano, enquanto que perigo é a probabilidade de um dano ou prejuízo. Assim, perigo é uma causa do risco. Dano nada mais é do que um mal, prejuízo, ofensa material ou moral ao detentor de um bem juridicamente protegido. ARAKEN DE ASSIS leciona que “o perigo hábil à concessão da liminar reside na circunstância de que a manutenção do ‘status quo’ poderá tornar inútil a garantia (segurança para a execução) ou a posterior realização do direito (execução para segurança)”. (Processo Civil Brasileiro, vol. II, parte geral, 1ª edição, Editora Revista dos Tribunais, p. 417).

Já o “risco ao resultado útil do processo”, pode ser entendido como sendo a possibilidade de ofensa à busca pelo bem da vida em prazo razoável, sem que se permita postergação da prestação jurisdicional.

Por fim, quanto ao terceiro e último requisito – perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão (art. 300, § 3º) – cumpre destacar que a reversibilidade dos “efeitos” da decisão não se confunde com a reversibilidade da própria decisão. Com efeito, quando o magistrado concede uma tutela provisória, esta decisão é baseada em um juízo de cognição sumária, o que é indicativo de que se trata de um mero juízo de admissibilidade, motivo pelo qual é possível revogar a decisão concessiva, seja por nova decisão interlocutória ou mesmo por ocasião de proferir a sentença, desde que devidamente fundamentada (NCPC, art. 298).

Diferentemente é o que ocorre em relação a reversibilidade dos efeitos da decisão. É que, dependendo da hipótese concreta, o juiz poderá concluir que, se conceder a tutela provisória de urgência, pode ser que os efeitos decorrentes dessa decisão não mais possam ser desfeitos. É o que ocorre, *verbi gratia*, nas demandas que envolvem saúde e área médica, pois uma vez realizada a cirurgia autorizada por força de decisão judicial liminar, eventual sentença de improcedência não permitirá o desfazimento da mesma. Mas, nesses casos, a jurisprudência dos tribunais superiores vem se posicionando em sentido contrário,



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: ETHEL MAISA CAIANA PINTO - 16/12/2019 15:38:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121615382256700000026155463>  
Número do documento: 19121615382256700000026155463

Num. 27096436 - Pág. 6

corroborando com o entendimento de que na ponderação entre valores como a vida humana *versus* prejuízo financeiro da outra parte, o primeiro deve prevalecer, mesmo gerando efeitos irreversíveis.

Assim, a lei veda, salvo raríssimas exceções, a concessão da tutela de urgência antecipada se os efeitos dessa decisão não forem reversíveis, isto é, se não houver a possibilidade de retorno ao “status quo ante”, caso se constate no curso do processo, que deva ela ser alterada ou revogada. Nas precisas palavras de FREDIE DIDIER JUNIOR: “...é prudente que os efeitos da tutela antecipada sejam reversíveis uma vez que a medida é concedida com base em cognição sumária, em juízo de verossimilhança – sendo passível de revogação ou modificação” (Curso de Direito processual Civil, vol. 2, 11ª ed., Salvador, Jus Podivm, 2016, p. 613).

Superada esta fase, ao relator abre-se a possibilidade de atribuir efeito suspensivo “*ope judicis*” ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.

*In casu*, perfazendo um juízo de prelibação das razões expendidas, bem como das demais peças documentais que instruem o presente agravo, vislumbro, em princípio, a probabilidade do direito.

Impende destacar que o Código de Processo Civil de 2015 disciplina em seção exclusiva o benefício da justiça gratuita nos arts. 98 a 102, revogando parcialmente a Lei 1.060/50, na forma do art. 1.072, III, do NCPC. Assim dispõe o art. 98 do CPC:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

No entanto, faz-se necessária uma interpretação sistemática do disciplinado no art. 98, no § 3º, do art. 99, do CPC/15 e no inc. LXXIV, do art. 5º, da CF, sendo imprescindível na forma do texto constitucional a comprovação da hipossuficiência de recursos.

Nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, in verbis:

Art. 5º, LXXIV - O Estado prestará assistência judiciária integralmente gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Portanto, pode-se afirmar que o requisito para o gozo da gratuidade da justiça é a comprovação de insuficiência de recursos. O texto constitucional exige expressamente comprovação da insuficiência, vale dizer, não se satisfaz com a mera afirmação ou alegação sem prova (Novo CPC doutrina selecionada, v. 1: parte geral. Salvador: juspodivm, 2015, p. 807) para o deferimento do pedido de gratuidade judiciária.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: ETHEL MAISA CAIANA PINTO - 16/12/2019 15:38:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121615382256700000026155463>  
Número do documento: 19121615382256700000026155463

Num. 27096436 - Pág. 7

O parágrafo segundo do art. 99 do CPC/15 preceitua:

Art. 99 - (...)

§2º - O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a

comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Daniel Amorim Assumpção Neves apresenta as seguintes considerações a respeito do dispositivo legal sobredito:

A presunção de veracidade da alegação de insuficiência, apesar de limitada à pessoa natural, continua a ser a regra para a concessão do benefício da gratuidade da justiça. O juiz, entretanto, não está vinculado de forma obrigatória a essa presunção e nem depende de manifestação da parte contrária para afastá-la no caso concreto, desde que existam nos autos ao menos indícios do abuso no pedido de concessão da assistência judiciária. (...) (Novo código de processo civil comentado artigo por artigo. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 159)

Assim, se o magistrado não se convence da situação de miserabilidade, deverá determinar que a parte requerente apresente novos documentos para comprovar a alegada necessidade, nos termos do disposto no art. 99, §2º do CPC, agindo com prudência e atento ao contraditório e ao princípio da não surpresa, conforme os termos transcritos:

*“Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.*

*(...)*

*§ 2º-O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.”*

Com efeito, em análise detida dos autos, vislumbrado assistir razão às alegações apresentadas no pedido liminar deste recurso, e tendo em vista a potencialidade de dano grave, uma vez que pode o processo de primeiro grau pode ter a distribuição cancelada, prudente é o deferimento da tutela antecipada.

Assim, diante desse quadro, e no exercício da cognição sumária, não exauriente, apropriada a esta fase processual, como dito acima, **defiro o pedido de tutela antecipada** requerida na peça recursal.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: ETHEL MAISA CAIANA PINTO - 16/12/2019 15:38:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121615382256700000026155463>  
Número do documento: 19121615382256700000026155463

Num. 27096436 - Pág. 8

Por fim, impende registrar que a concessão ou denegação do pedido de liminar não implica, necessariamente, na antecipação do julgamento, vez que a decisão poderá ser novamente reformada.

Outrossim, o conteúdo provisório da presente decisão, mesmo porque estar-se diante de uma cognição sumária, de uma análise perfunctória e “inaudita alteras pars”, e nessa situação, a simples concessão ou denegação liminar de uma tutela provisória de urgência não induz ou significa, necessariamente, um juízo final de valor a conduzir a uma antecipação de julgamento de mérito em desfavor da parte agravada, porquanto com o contraditório (contrarrazões), a matéria será analisada com maior extensão e profundidade, podendo conduzir a conclusão diversa, pelo Órgão Colegiado.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Juízo “*a quo*”, nos termos do que preceitua o art. 1.019, I, do NCPC.

Deixo de determinar a intimação da parte agravada para responder aos termos do recurso, porquanto ainda não citada na ação originária.

Após ao Ministério Público.

Em seguida, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. Intime-se.

João Pessoa, 22 de novembro de 2019.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Relator



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: ETHEL MAISA CAIANA PINTO - 16/12/2019 15:38:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121615382256700000026155463>  
Número do documento: 19121615382256700000026155463

Num. 27096436 - Pág. 9



**Poder Judiciário da Paraíba  
6ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0821258-75.2019.8.15.0001  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
AUTOR: JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## **SENTENÇA**

**COBRANÇA COMPLEMENTO SEGURO  
DPVAT – PEDIDO DE GRATUIDADE  
JUDICIÁRIA INTEGRAL – NÃO  
COMPROVAÇÃO DA ALEGADA  
HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA NO  
PRAZO ESTIPULADO -  
CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO  
DO FEITO ANTE O NÃO  
RECOLHIMENTO DAS CUSTAS  
PROCESSUAIS INICIAIS  
INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL  
– EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM  
RESOLUÇÃO DE MÉRITO.**

**Vistos.**

Trata-se de ação de cobrança de complemento de seguro DPVAT ajuizada por JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT,



qualificados nos autos, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos expostos na Petição Inicial.

Este Juízo intimou a parte autora para comprovar a alegada hipossuficiência, todavia, não o fez, acarretando o indeferimento da justiça gratuita integral, consoante decisão prolatada sob o ID 25611284.

Intimado o demandante para ciência da decisão e recolhimento da primeira parcela das custas processuais iniciais, após a dedução do valor total, quedou-se inerte, conforme ID 26854043.

Vieram os autos conclusos para os fins de direito.

**É, em síntese, o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Trata-se de ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT, na qual a autor sustenta que o valor recebido na esfera administrativa foi aquém do devido, razão pela qual pleiteia o complemento da importância percebida.

Instada o suplicante para comprovar documentalmente a sua condição de hipossuficiência financeira, não o fez e, após o indeferimento do pedido de justiça gratuita integral, não atendeu a intimação para efetuar o recolhimento da primeira parcela do valor das custas processuais iniciais, consoante certificado no ID 26854043.

Dispõem os arts. 290 e 485, I, ambos do Código de Processo Civil:

**“Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias”.**



**Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:**

**I – indeferir a petição inicial;**

No caso em tela, o requerente não comprovou a alegada hipossuficiência financeira, no prazo a ele consignado, tendo sido indeferido o seu pleito de gratuidade judiciária e ante o não recolhimento das custas processuais iniciais, impõe-se o indeferimento da exordial e o cancelamento da distribuição do feito.

Diante do exposto, indefiro a petição inicial e, consequentemente, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, com esteio no art. 485, I, c/c 290 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Com o trânsito em julgado desta decisão, cancele-se a distribuição do presente feito nos termos do art. 290 do CPC e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Sem custas.

P.R.I.

Campina Grande-PB, data e assinatura pelo sistema.

**JUÍZA DE DIREITO**







**6ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0821258-75.2019.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para manifestar-se no processo acima, acerca da sentença que indeferiu a petição inicial e, conseqüentemente, declarou extinto o processo sem resolução do mérito, com esteio no art. 485, I, c/c 290 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Advogado: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO OAB: PB24614 Endereço: desconhecido

, em 13 de janeiro de 2020.

De ordem, SUENIA AURELIANO BARRETO  
Mat.



Embargos de Declaração em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA  
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE -PB**

Processo: **0821258-75.2019.8.15.0001**

**JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM**, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 1.022 do NCPC/2015, opor os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, em face da sentença prolatada, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

**I - DA SÍNTESE PROCESSUAL E DA DECISÃO EMBARGADA**

O embargante promoveu o ajuizamento da Ação da ação de Indenização DPVAT, em face do promovente.

Acontece que foi indeferida a Inicial em face da Gratuidade da Justiça, sendo requerido o recolhimento de custas.

Nobre Julgador, a parte autora protocolou agravo no dia 18/11/2019 sob o nº 0812174-53.2019.8.15.0000, a qual foi deferida a tutela antecipada para concessão da Justiça Gratuita do autor, decisão esta anterior à sentença e juntada nos autos ID 27096429 pelo Egrégio Tribunal.



Ademais, nada fora esclarecido na sentença proferida a respeito da decisão liminar proferida, tendo a decisão extinto o processo, sem mencionar tal desembaraço, sendo omissa a respeito do caso.

Deste modo, não restou alternativa ao embargante senão a oposição dos presentes embargos de declaração, para que seja sanada a omissão a respeito de decisão liminar que garantiu a justiça gratuita ao autor.

Requerendo assim, a retratação da sentença e o prosseguimento do feito, para que seja feita a mais Lidima Justiça!

Dá-se, excepcionalmente, efeito modificativo aos embargos declaratórios, quando manifesto o erro de julgamento" (RSTJ 39/289 e STJ-RJ 185/54, maioria)/(RSTJ 47/275, maioria).

"Cabem embargos de declaração para retificar decisão "ultra petita"(RSTJ 50/556)".

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EFEITO MODIFICATIVO - POSSIBILIDADE.

A jurisprudência, em atenção construtiva, admite efeitos modificativos aos embargos desde que a tanto seja instalada por uma decorrência lógica de a decisão embargada ter sido tomada em premissas fáticas equivocadas, como também quando da omissão detectada e suprida ou da correção de contradição impor-se conclusão lógica contrária à que chegou o decisório embargado. - Recurso improvido. (STJ - Rec. Especial n. 56.336-4 - Rio de Janeiro - Ac. 1ª T. - unân. - Rel: Min. Cesar Asfor Rocha - j. em 14.12.94 - Fonte: DJU I, 20.02.95, pág. 3161).

No presente caso restou demonstrada a omissão, podendo, neste caso excepcional, o presente embargo operar efeito modificativo na decisão, como já assentado na doutrina e jurisprudência, como comprova a seguinte ementa:

"EMBARGOS DECLARATORIOS – ADMISSIBILIDADE E EFEITOS –  
**Os embargos declaratórios são admissíveis para a correção de permissão equivocada de que haja partido da decisão embargada, atribuindo-se-lhes efeito modificativo quando tal premissa seja influente no resultado do julgamento.**" (STF – ED-RE 207.923-5 – 1ª T. – Rel. Sepúlveda Pertence – DJU 31.10.1997) **grifo nosso**

**Do exposto**, resta demonstrada a possibilidade de atribuir efeitos modificativos aos embargos de declaração.

### III- DO PEDIDO

Pelo exposto requer:



Que seja conhecido o presente Embargo de Declaração, pois é tempestivo e estão presentes todos os requisitos legais.

Que, no mérito, seja provido o presente Embargo de Declaração, já que resta demonstrada a presença de omissão na Sentença embargada, para que seja sanada a omissão e esclarecidos tais pontos a possibilidade de atribuir efeito modificativo ao presente embargo, para reconhecimento da liminar concedida em Agravo, que concedeu a Justiça Gratuita ao autor, para prosseguimento do feito.

Nesses Termos;

Pede Deferimento.

Campina Grande/PB, 13 de Janeiro de 2020.

**GERSON LUCIANO SANTOS NETTO**  
**OAB/PB24614**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520192780450

Nome original: 0812174-53.2019.8.15.0000.pdf

Data: 27/11/2019 13:11:55

Remetente:

Viviane Queiroz Pereira

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Sr. Des. Relator, encaminho a V. Exa cópia da Decisão proferida nos autos do AI nº 0812174-53.2019.8.15.0000 (PJE), interposto contra os termos do despacho desse Juízo, lançado na Ação nº 0821258-75.2019.8.15.0001





27/11/2019

Número: **0812174-53.2019.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos**

Última distribuição : **18/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0821258-75.2019.8.15.0001**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM (AGRAVANTE)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4957848	26/11/2019 19:18	<a href="#">Decisão</a>	Decisão







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Câmara Cível**  
**Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO** nº 0812174-53.2019.8.15.0000

03

**RELATOR** :Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

**AGRAVANTE** :Jose Carlos Ferreira Serafim

**ADVOGADO** :Gerson Luciano Santos Netto (OAB/PB 24.614)

**AGRAVADO** :Seguradora Lider Dos Consorcios S/A

Vistos, etc.

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de tutela antecipada, interposto por **JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM** objetivando reformar, a final, decisão prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande que, nos autos da ação de indenização por acidente de trânsito sob nº 0821258-75.2019.8.15.0001, proposta em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, indeferiu pedido de justiça gratuita.

Em seu arrazoado, o agravante aduz a impossibilidade de arcar com as custas processuais, uma vez que exerce a função de auxiliar administrativo, e percebe um salário mínimo, alegando ainda que, restando indeferido o pedido de justiça gratuita, lhe está sendo negado o princípio constitucional de acesso à justiça.

Sustentou que “*a simples atuação por meio de Advogado particular não configura por si só a capacidade para o pagamento das custas judiciais, sem o comprometimento de sua manutenção*”.

Por fim, requereu a concessão da tutela antecipada recursal para que se conceda integralmente os benefícios da justiça gratuita, com a sua confirmação e reforma da decisão agravada ao final.

É o essencial relato.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 13/01/2020 21:17:03  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011321170130800000026470419>  
Número do documento: 20011321170130800000026470419

Num. 27428540 - Pág. 3

Decido.

Em verificando que a queixa recursal está enquadrável na hipótese do art. 1.015, V, do novel Código de Processo Civil, que autoriza a interposição desta modalidade de recurso, e, exercendo em cognição sumária, o juízo de admissibilidade e, atendidos os seus requisitos intrínsecos ou subjetivos (tais como o cabimento do recurso, a legitimidade, o interesse recursal, a inexistência de algum fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer) e extrínsecos ou objetivos (tais como, o preparo, a tempestividade, e regularidade formal), admito o processamento deste agravo de instrumento.

Antes de adentrar no âmago da tutela de urgência requestada na peça recursal, consistente na suspensão da eficácia da decisão recorrida (atribuição de efeito suspensivo ao recurso), entendo digno de registro a transcrição da legislação processual atinente a esta prestação jurisdicional.

Antes de adentrar no âmago da pretensão recursal, entendo plausível a transcrição da legislação processual atinente a esta prestação jurisdicional.

**Art. 294. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.** (destaquei)

**Parágrafo único. A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.** (grifei)

**Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.** (grifei)

**Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.** (destaquei)

**Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo;** (grifei)

**§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.** (grifei)

**§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.** (destaquei)



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 13/01/2020 21:17:03  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011321170130800000026470419>  
Número do documento: 20011321170130800000026470419

Num. 27428540 - Pág. 4

**Art. 932. Incumbe ao relator:**

**II – apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;**(grifei)

**Art. 1019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:**

**I – poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;** (grifei)

Sob a consideração de que pretensão da parte recorrente é uma tutela provisória de urgência antecipada incidental satisfativa, que lhe foi negada pelo juízo de primeiro grau, e que o instrumento próprio para a sua concessão é através do agravo de instrumento e que cabe ao relator a sua apreciação, antes de tirar conclusão do acerto ou não dessa decisão, ora “sub censura”, cumpre, dela fazer uma rápida introdução.

Como é cediço, o processo, como técnica de solução de conflitos não garante, em regra, a imediata solução da lide. Isto porque são necessárias várias fases – a postulatória, a saneadora, a instrutória - até se atingir a última - a fase de julgamento da causa no processo de conhecimento ou de execução.

Não obstante, a espera por um provimento de mérito, após todas as fases processuais, muitas vezes pode provocar um dano de grande envergadura e até irreversível à parte. Por isso, com o fim de minimizar os efeitos nefastos do tempo sobre o direito discutido em juízo, o legislador, a fim de assegurar a efetividade do resultado final do processo principal, assegurou ao juiz, em determinadas circunstâncias, antecipar, provisoriamente, a própria solução definitiva no processo principal. A esse instituto deu-se o nome atual de tutela provisória de urgência antecipada.

Trata-se, em verdade, da concretização do direito à duração razoável do processo, estabelecido no art. 4º do NCPC e que se afigura entre as garantias processuais (CF, art. 5º, inc. LXXVII).

Pois bem.

Como se vê na legislação supra declinada, os requisitos da tutela provisória de urgência antecipatória, comuns à fase de conhecimento e no âmbito recursal, estão elencados no art. 300, “caput” e parágrafo terceiro, do NCPC, quais sejam: elementos que evidenciem a probabilidade do direito (art. 300) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300) e ainda o perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão (art. 300, § 3º).



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 13/01/2020 21:17:03  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011321170130800000026470419>  
Número do documento: 20011321170130800000026470419

Num. 27428540 - Pág. 5

Portanto, vislumbra-se aqui, em relação ao primeiro requisito, uma alteração digna de nota: enquanto que o CPC de 1973 exigia expressamente para a tutela antecipada – na sua perspectiva, satisfativa o requisito de “prova inequívoca” (art. 273, “caput”). O CPC de 2015 admite que a tutela antecipada satisfativa, sob a roupagem de tutela provisória de urgência, seja deferida com base em menor grau de certeza, isto é, com base apenas em “elementos que evidenciem a probabilidade do direito” (art. 300, “caput”).

Essa “probabilidade do direito” nada mais é que uma exigência da lei de uma prova capaz de conduzir o juiz a um juízo de probabilidade apto a antecipar o pleito solicitado. Na dicção de FREDIE DIDIER JUNIOR: “a probabilidade do direito a ser provisoriamente satisfeito/realizado ou acautelado é a plausibilidade de existência desse mesmo direito” (Curso de Direito processual Civil, vol. 2, 11ª ed., Salvador, Jus Podivm, 2016, p. 608). A sua vez, LUIZ GUILHERME MARINONI assevera que “a probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O Juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a tutela provisória” (Novo Código de Processo Civil Comentado, 1ª ed., Editora Revista dos Tribunais, p. 312).

Quanto ao segundo requisito - perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (NCPC, art. 300) – impende, desde logo, fazer a distinção entre “risco” e “perigo”. É que, embora possam parecer sinônimos, não se confundem. Risco é a possibilidade de dano, enquanto que perigo é a probabilidade de um dano ou prejuízo. Assim, perigo é uma causa do risco. Dano nada mais é do que um mal, prejuízo, ofensa material ou moral ao detentor de um bem juridicamente protegido. ARAKEN DE ASSIS leciona que “o perigo hábil à concessão da liminar reside na circunstância de que a manutenção do ‘status quo’ poderá tornar inútil a garantia (segurança para a execução) ou a posterior realização do direito (execução para segurança)”. (Processo Civil Brasileiro, vol. II, parte geral, 1ª edição, Editora Revista dos Tribunais, p. 417).

Já o “risco ao resultado útil do processo”, pode ser entendido como sendo a possibilidade de ofensa à busca pelo bem da vida em prazo razoável, sem que se permita postergação da prestação jurisdicional.

Por fim, quanto ao terceiro e último requisito – perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão (art. 300, § 3º) – cumpre destacar que a reversibilidade dos “efeitos” da decisão não se confunde com a reversibilidade da própria decisão. Com efeito, quando o magistrado concede uma tutela provisória, esta decisão é baseada em um juízo de cognição sumária, o que é indicativo de que se trata de um mero juízo de admissibilidade, motivo pelo qual é possível revogar a decisão concessiva, seja por nova decisão interlocutória ou mesmo por ocasião de proferir a sentença, desde que devidamente fundamentada (NCPC, art. 298).

Diferentemente é o que ocorre em relação a reversibilidade dos efeitos da decisão. É que, dependendo da hipótese concreta, o juiz poderá concluir que, se conceder a tutela provisória de urgência, pode ser que os efeitos decorrentes dessa decisão não mais possam ser desfeitos. É o que ocorre, *verbi gratia*, nas demandas que envolvem saúde e área médica, pois uma vez realizada a cirurgia autorizada por força de decisão judicial liminar, eventual sentença de improcedência não permitirá o desfazimento da mesma. Mas, nesses casos, a jurisprudência dos tribunais superiores vem se posicionando em sentido contrário,



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 13/01/2020 21:17:03  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011321170130800000026470419>  
Número do documento: 20011321170130800000026470419

Num. 27428540 - Pág. 6

corroborando com o entendimento de que na ponderação entre valores como a vida humana *versus* prejuízo financeiro da outra parte, o primeiro deve prevalecer, mesmo gerando efeitos irreversíveis.

Assim, a lei veda, salvo raríssimas exceções, a concessão da tutela de urgência antecipada se os efeitos dessa decisão não forem reversíveis, isto é, se não houver a possibilidade de retorno ao “status quo ante”, caso se constate no curso do processo, que deva ela ser alterada ou revogada. Nas precisas palavras de FREDIE DIDIER JUNIOR: “...é prudente que os efeitos da tutela antecipada sejam reversíveis uma vez que a medida é concedida com base em cognição sumária, em juízo de verossimilhança – sendo passível de revogação ou modificação” (Curso de Direito processual Civil, vol. 2, 11ª ed., Salvador, Jus Podivm, 2016, p. 613).

Superada esta fase, ao relator abre-se a possibilidade de atribuir efeito suspensivo “*ope judicis*” ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal.

*In casu*, perfazendo um juízo de prelibação das razões expendidas, bem como das demais peças documentais que instruem o presente agravo, vislumbro, em princípio, a probabilidade do direito.

Impende destacar que o Código de Processo Civil de 2015 disciplina em seção exclusiva o benefício da justiça gratuita nos arts. 98 a 102, revogando parcialmente a Lei 1.060/50, na forma do art. 1.072, III, do NCPC. Assim dispõe o art. 98 do CPC:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

No entanto, faz-se necessária uma interpretação sistemática do disciplinado no art. 98, no § 3º, do art. 99, do CPC/15 e no inc. LXXIV, do art. 5º, da CF, sendo imprescindível na forma do texto constitucional a comprovação da hipossuficiência de recursos.

Nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, in verbis:

Art. 5º, LXXIV - O Estado prestará assistência judiciária integralmente gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Portanto, pode-se afirmar que o requisito para o gozo da gratuidade da justiça é a comprovação de insuficiência de recursos. O texto constitucional exige expressamente comprovação da insuficiência, vale dizer, não se satisfaz com a mera afirmação ou alegação sem prova (Novo CPC doutrina selecionada, v. 1: parte geral. Salvador: juspodivm, 2015, p. 807) para o deferimento do pedido de gratuidade judiciária.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 13/01/2020 21:17:03  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011321170130800000026470419>  
Número do documento: 20011321170130800000026470419

Num. 27428540 - Pág. 7

O parágrafo segundo do art. 99 do CPC/15 preceitua:

Art. 99 - (...)

§2º - O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a

comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Daniel Amorim Assumpção Neves apresenta as seguintes considerações a respeito do dispositivo legal sobredito:

A presunção de veracidade da alegação de insuficiência, apesar de limitada à pessoa natural, continua a ser a regra para a concessão do benefício da gratuidade da justiça. O juiz, entretanto, não está vinculado de forma obrigatória a essa presunção e nem depende de manifestação da parte contrária para afastá-la no caso concreto, desde que existam nos autos ao menos indícios do abuso no pedido de concessão da assistência judiciária. (...) (Novo código de processo civil comentado artigo por artigo. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 159)

Assim, se o magistrado não se convence da situação de miserabilidade, deverá determinar que a parte requerente apresente novos documentos para comprovar a alegada necessidade, nos termos do disposto no art. 99, §2º do CPC, agindo com prudência e atento ao contraditório e ao princípio da não surpresa, conforme os termos transcritos:

*“Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.*

*(...)*

*§ 2º-O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.”*

Com efeito, em análise detida dos autos, vislumbrado assistir razão às alegações apresentadas no pedido liminar deste recurso, e tendo em vista a potencialidade de dano grave, uma vez que pode o processo de primeiro grau pode ter a distribuição cancelada, prudente é o deferimento da tutela antecipada.

Assim, diante desse quadro, e no exercício da cognição sumária, não exauriente, apropriada a esta fase processual, como dito acima, **defiro o pedido de tutela antecipada** requerida na peça recursal.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 13/01/2020 21:17:03  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011321170130800000026470419>  
Número do documento: 20011321170130800000026470419

Num. 27428540 - Pág. 8

Por fim, impende registrar que a concessão ou denegação do pedido de liminar não implica, necessariamente, na antecipação do julgamento, vez que a decisão poderá ser novamente reformada.

Outrossim, o conteúdo provisório da presente decisão, mesmo porque estar-se diante de uma cognição sumária, de uma análise perfunctória e “inaudita alteras pars”, e nessa situação, a simples concessão ou denegação liminar de uma tutela provisória de urgência não induz ou significa, necessariamente, um juízo final de valor a conduzir a uma antecipação de julgamento de mérito em desfavor da parte agravada, porquanto com o contraditório (contrarrazões), a matéria será analisada com maior extensão e profundidade, podendo conduzir a conclusão diversa, pelo Órgão Colegiado.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Juízo “*a quo*”, nos termos do que preceitua o art. 1.019, I, do NCPC.

Deixo de determinar a intimação da parte agravada para responder aos termos do recurso, porquanto ainda não citada na ação originária.

Após ao Ministério Público.

Em seguida, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. Intime-se.

João Pessoa, 22 de novembro de 2019.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Relator



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 26/11/2019 19:18:44  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112619163937800000004942347>  
Número do documento: 19112619163937800000004942347

Num. 4957848 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO - 13/01/2020 21:17:03  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011321170130800000026470419>  
Número do documento: 20011321170130800000026470419

Num. 27428540 - Pág. 9





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**6ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0821258-75.2019.8.15.0001

**DECISÃO**

Vistos.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos pelo autor em face de sentença que determinou o cancelamento da distribuição do feito e a extinção do processo sem resolução do mérito, sem observar a determinação obtida em sede de decisão em Agravo de Instrumento que concedeu a antecipação da tutela no tocante ao deferimento da justiça gratuita (ID 27096436).

Requer que se atribua o efeito modificativo para que seja reconhecida a decisão do Agravo de Instrumento, que deferiu a justiça gratuita ao promovente/agravante.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Assiste razão em parte ao embargante, já que, equivocadamente, foi prolatada sentença em razão do não recolhimento no prazo legal das custas iniciais, após decisão em sede de tutela de urgência requerida no Agravo de Instrumento interposto, que concedeu a gratuidade judiciária ao autor/embargante.

Assim sendo, acolho os embargos de declaração, NOS TERMOS DO ART. 1.022 do CPC, para tornar sem efeito a decisão prolatada no ID 26890583, devendo ser dado o regular andamento ao presente feito..

P.I..



Após, cite-se a parte ré para contestar a ação no prazo legal, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia, nos termos do art. 344 do CPC.

Campina Grande (PB), data e assinatura pelo sistema.

JUÍZA DE DIREITO





**6ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0821258-75.2019.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para manifestar-se no processo acima, acerca da decisão:

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos pelo autor em face de sentença que determinou o cancelamento da distribuição do feito e a extinção do processo sem resolução do mérito, sem observar a determinação obtida em sede de decisão em Agravo de Instrumento que concedeu a antecipação da tutela no tocante ao deferimento da justiça gratuita (ID 27096436).

Requer que se atribua o efeito modificativo para que seja reconhecida a decisão do Agravo de Instrumento, que deferiu a justiça gratuita ao promovente/agravante.

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Assiste razão em parte ao embargante, já que, equivocadamente, foi prolatada sentença em razão do não recolhimento no prazo legal das custas iniciais, após decisão em sede de tutela de urgência requerida no Agravo de Instrumento interposto, que concedeu a gratuidade judiciária ao autor/embargante.

Assim sendo, acolho os embargos de declaração, NOS TERMOS DO ART. 1.022 do CPC, para tornar sem efeito a decisão prolatada no ID 26890583, devendo ser dado o regular andamento ao presente feito..

P.I..



Após, cite-se a parte ré para contestar a ação no prazo legal, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia, nos termos do art. 344 do CPC.

Advogado: GERSON LUCIANO SANTOS NETTO OAB: PB24614 Endereço: desconhecido

, em 10 de fevereiro de 2020.

De ordem, SUENIA AURELIANO BARRETO  
Mat.





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
6ª Vara Cível de Campina Grande**

---

PROCESSO Nº 0821258-75.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos da decisão proferida no AI 0812174-53.2019.8.15.0000, que se segue.

6ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 10 de março de 2020.

**VENANCIO DOS SANTOS ROBERTO**

Técnico Judiciário





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520202928232

Nome original: 0812174-53.2019.8.15.0000.pdf

Data: 04/03/2020 14:41:09

Remetente:

Viviane Queiroz Pereira

2ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem do Exmo. Sr. Des. Relator, encaminho a V. Exa cópia da Decisão proferida nos autos do AI nº 0812174-53.2019.8.15.0000 (PJE), interposto contra os termos do despacho desse Juízo, lançado na Ação nº 0821258-75.2019.8.15.0001





04/03/2020

Número: **0812174-53.2019.8.15.0000**

Classe: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

Órgão julgador colegiado: **2ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos**

Última distribuição : **18/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0821258-75.2019.8.15.0001**

Assuntos: **Assistência Judiciária Gratuita**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE CARLOS FERREIRA SERAFIM (AGRAVANTE)		GERSON LUCIANO SANTOS NETTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (AGRAVADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5399195	21/02/2020 14:21	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão







## ACÓRDÃO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO** nº 0812174-53.2019.8.15.0000

03

**RELATOR** :Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

**AGRAVANTE** :Jose Carlos Ferreira Serafim

**ADVOGADO** :Gerson Luciano Santos Netto (OAB/PB 24.614)

**AGRAVADO** :Seguradora Lider Dos Consorcios S/A

PROCESSUAL CIVIL – Agravo de Instrumento – Justiça gratuita – Pessoa Física – Mera afirmação por declaração de hipossuficiência – Necessidade de comprovação - Presença - Provimento.

- A simples declaração de hipossuficiência financeira não é suficiente para concessão do benefício da gratuidade da justiça à pessoa física, exigindo-se a comprovação do estado de hipossuficiência, a partir de uma interpretação sistemática do ordenamento jurídico, na forma do art. 98, no § 3º, do art. 99, do CPC/15 e no inc. LXXIV, do art. 5º, da CF.

- Restando evidenciada nos autos eletrônicos que o agravante auferia um valor em torno de 01 (um) salário-mínimo oriundo de aposentadoria, o deferimento das benesses da gratuidade judiciária é medida que se impõe.

## RELATÓRIO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de tutela antecipada, interposto por JOSÉ CARLOS FERREIRA SERAFIM objetivando reformar, a final, decisão prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande que, nos autos da ação de indenização por acidente de trânsito sob nº 0821258-75.2019.8.15.0001, proposta em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT, indeferiu pedido de justiça gratuita.

Em seu arrazoado, o agravante aduz a impossibilidade de arcar com as custas processuais, uma vez que exerce a função de auxiliar administrativo, e percebe um salário mínimo, alegando ainda que, restando indeferido o pedido de justiça gratuita, lhe está sendo negado o princípio constitucional de acesso à justiça.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 21/02/2020 14:21:15  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2002211421154060000005382899>  
Número do documento: 2002211421154060000005382899

Num. 5399195 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: VENANCIO DOS SANTOS ROBERTO - 10/03/2020 17:18:40  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031017184000700000027916444>  
Número do documento: 20031017184000700000027916444

Num. 28968998 - Pág. 3

Sustentou que “a simples atuação por meio de Advogado particular não configura por si só a capacidade para o pagamento das custas judiciais, sem o comprometimento de sua manutenção”.

Por fim, requereu a concessão da tutela antecipada recursal para que se conceda integralmente os benefícios da justiça gratuita, com a sua confirmação e reforma da decisão agravada ao final.

Parecer ministerial sem manifestação meritória sob ID.5088050.

É o suficiente a relatar.

### VOTO

O Código de Processo Civil de 2015 disciplina em seção exclusiva o benefício da justiça gratuita nos arts. 98 a 102, revogando parcialmente a Lei 1.060/50, na forma do art. 1.072, III, do CPC. Assim, dispõe o art. 98, do CPC, que:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

A justiça gratuita compreende a teor do que disciplina o § 1º, do art. 98, do CPC abrange:

I - as taxas ou as custas judiciais; II - os selos postais; III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios; IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse; V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais; VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira; VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução; VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório; IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

Em relação à extensão do benefício, sua concessão pode ser parcial, somente em relação a um ato processual, podendo, ainda, ocorrer redução proporcional do percentual a ser pago e parcelamento das despesas (§§ 5º e 6º, do art. 98, CPC/15).

Na atualidade adoto entendimento diverso do anteriormente externalizado, posicionando-me no sentido de que a simples declaração de hipossuficiência financeira firmada pela pessoa natural não é suficiente para a concessão dos benefícios da justiça gratuita.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 21/02/2020 14:21:15  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2002211421154060000005382899>  
Número do documento: 2002211421154060000005382899

Num. 5399195 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: VENANCIO DOS SANTOS ROBERTO - 10/03/2020 17:18:40  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031017184000700000027916444>  
Número do documento: 20031017184000700000027916444

Num. 28968998 - Pág. 4

Isso porque, faz-se necessária uma interpretação sistemática do disciplinado no art. 98, no § 3º, do art. 99, do CPC/15 e no inc. LXXIV, do art. 5º, da CF, sendo imprescindível na forma do texto constitucional a comprovação da hipossuficiência de recursos.

Nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, in verbis:

Art. 5º, LXXIV - O Estado prestará assistência judiciária integralmente gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Portanto, pode-se afirmar que o requisito para o gozo da gratuidade da justiça é a comprovação de insuficiência de recursos. O texto constitucional exige expressamente comprovação da insuficiência, vale dizer, não se satisfaz com a mera afirmação ou alegação sem prova (NovoCPC doutrina selecionada, v. 1: parte geral. Salvador: juspodivm, 2015, p. 807) para o deferimento do pedido de gratuidade judiciária.

O parágrafo segundo do art. 99 do CPC/15 preceitua:

Art. 99 - (...)

§2º - O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a

comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Daniel Amorim Assumpção Neves apresenta as seguintes considerações a respeito do dispositivo legal sobredito:

A presunção de veracidade da alegação de insuficiência, apesar de limitada à pessoa natural, continua a ser a regra para a concessão do benefício da gratuidade da justiça. O juiz, entretanto, não está vinculado de forma obrigatória a essa presunção e nem depende de manifestação da parte contrária para afastá-la no caso concreto, desde que existam nos autos ao menos indícios do abuso no pedido de concessão da assistência judiciária. (...) (Novo código de processo civil comentado artigo por artigo. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 159)



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 21/02/2020 14:21:15  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2002211421154060000005382899>  
Número do documento: 2002211421154060000005382899

Num. 5399195 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: VENANCIO DOS SANTOS ROBERTO - 10/03/2020 17:18:40  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031017184000700000027916444>  
Número do documento: 20031017184000700000027916444

Num. 28968998 - Pág. 5

“In casu subjecto”, compulsando detidamente os autos evidencia-se que a decisão agravada deve ser reformada, em razão de comprovação da efetiva hipossuficiência financeira pelo agravante.

Vê-se, ainda, em análise aos documentos carreados aos autos, que o agravante (balconista), a fim de demonstrar a sua insuficiência de recursos, juntou sua CTPS, do qual se depreende que percebe um salário mínimo (ID 24473310 - Pág. 3 - autos de origem).

Dessa forma, em que pese à decisão proferida pelo juízo a quo, entendo que resta demonstrada a insuficiência de recursos do agravante, uma vez que não possui condições de arcar com as custas e despesas processuais a partir dos documentos carreados, especialmente pelo fato da agravante auferir uma renda de um salário mínimo.

Neste sentido é a jurisprudência pátria:

*EMENTA: AGRADO DE INSTRUMENTO - GRATUIDADE DE JUSTIÇA - PESSOA NATURAL - OPORTUNIZAÇÃO - COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - PRESENÇA DE DOCUMENTOS CAPAZES DE JUSTIFICAR O DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO - RECURSO PROVIDO. Restando evidenciada nos autos a situação de hipossuficiência da parte requerente, notadamente diante dos comprovantes de baixos rendimentos, é de se deferir os benefícios da gratuidade de justiça. Recurso provido. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0003.17.000593-2/002, Relator (a): Des.(a) Amorim Siqueira, 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/11/2017, publicação da súmula em 29/11/2017)*

*Agravo de instrumento – pedido de Assistência judiciária gratuita – Comprovada a hipossuficiência econômico-financeira do agravante no caso concreto – Inteligência do art. 99 e parágrafos do CPC/2015. R. decisão agravada reformada. Recurso provido, com observação. (TJSP; Agravo de Instrumento 2081250-94.2018.8.26.0000; Relator (a): Flora Maria Nesi Tossi Silva; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Foro de Boituva - 2ª Vara; Data do Julgamento: 19/09/2018; Data de Registro: 24/09/2018)*

Demonstrado que o recorrente, ao menos por ora, não reúne recursos para suportar as custas e despesas processuais, vez que possui renda mensal em torno de 01 (um) salário-mínimo, conforme se infere do documento acostado no ID 24473310 - Pág. 3 - autos de origem, é de se deferir o benefício da Justiça Gratuita.

Ressalte-se que a subsistência da benesse pode voltar à baila, em oportuna impugnação da parte contrária, com eventual reexame do tema, à luz de novos dados probatórios, que poderão ensejar a modificação desta decisão ou revogação do benefício.

Nesse sentido, o art. 100 do CPC/2015 dispõe que, no caso de deferimento do pedido, “a parte contrária poderá oferecer impugnação na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, nos autos do próprio processo, sem suspensão do seu curso”.



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 21/02/2020 14:21:15  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022114211540600000005382899>  
Número do documento: 20022114211540600000005382899

Num. 5399195 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: VENANCIO DOS SANTOS ROBERTO - 10/03/2020 17:18:40  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031017184000700000027916444>  
Número do documento: 20031017184000700000027916444

Num. 28968998 - Pág. 6

O agravante está sujeita, inclusive, se for o caso, à aplicação da penalidade prevista no parágrafo único do art. 100 CPC/2015 que dispõe:

*Art. 100.*

*Parágrafo único. "Revogado o benefício, a parte arcará com as despesas processuais que tiver deixado de adiantar e pagará, em caso de má-fé, até o décuplo de seu valor a título de multa, que será revertida em benefício da Fazenda Pública estadual ou federal e poderá ser inscrita em dívida ativa".*

Essa a observação que se impõe.

Por todas essas razões, **dá-se provimento** ao presente recurso, reformando-se a decisão interlocutória objurgada, concedendo os benefícios da assistência judiciária, observando-se, ainda, os termos do art. 98, § 3º, do CPC/2015.

É como voto.

João Pessoa, 11 de fevereiro de 2020.

Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos

Relator



Assinado eletronicamente por: Abraham Lincoln da Cunha Ramos - 21/02/2020 14:21:15  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022114211540600000005382899>  
Número do documento: 20022114211540600000005382899

Num. 5399195 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: VENANCIO DOS SANTOS ROBERTO - 10/03/2020 17:18:40  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031017184000700000027916444>  
Número do documento: 20031017184000700000027916444

Num. 28968998 - Pág. 7

## CERTIDÃO

Certifico que, conforme o sistema na seção de expedientes do processo, **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte autora quanto à decisão de ID 27557637.

21 de março de 2020

VENANCIO DOS SANTOS ROBERTO

